

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

GABRIELE MELCHIOR DE LARA

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PÚBLICA PARA O ALUNO ORIUNDO DA CLASSE  
TRABALHADORA: PERSPECTIVAS DE PAULO FREIRE

PONTA GROSSA  
2022

GABRIELE MELCHIOR DE LARA

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PÚBLICA PARA O ALUNO ORIUNDO DA  
CLASSE TRABALHADORA: PERSPECTIVAS DE PAULO FREIRE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>  
Dr.<sup>a</sup> Kelly Cristina Ducatti da Silva.

PONTA GROSSA  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois acredito que sem a fé nada seria possível, agradeço pela força, saúde e proteção.

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe, que sempre batalhou para que eu pudesse concluir meus estudos, ao meu falecido pai, que também sempre foi um trabalhador e exemplo de honestidade, ao meu marido que sempre me incentivou e acreditou na importância do meu trabalho, e a minha filha, que mesmo tão pequena é a minha maior inspiração.

Agradeço à minha orientadora por toda a dedicação, por acreditar em meu trabalho e por todas as trocas durante o processo de construção da pesquisa.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se,  
com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

(Paulo Freire)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar o que as pesquisas trazem como contribuições de Paulo Freire para conceber a educação como fator de transformação e inserção social, em especial aos alunos oriundos da classe trabalhadora. Tem como objetivo geral analisar pesquisas já existentes que trazem a educação como fator de transformação, a partir dos estudos de Paulo Freire. Para tanto, inicia-se contextualizando de forma breve a história da educação e da escola pública no Brasil, a fim de ressaltar a luta e embate entre classes existente desde o início no cenário educacional, seguida da apresentação da escola pública como possível espaço de transformação social a partir dos pensamentos freirianos. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e bibliográfica. A partir da pesquisa exploratória que se aproximou do estado da arte da pesquisa, é realizado o levantamento e seleção de pesquisas, seguida da codificação, descrição, análise e categorização das mesmas. Com a análise dos dados emergiram três categorias, sendo elas a) contribuições para as políticas educacionais, b) contribuições para a escola pública e c) contribuições para a prática docente. A discussão dos resultados encontrados revelou que são muitas as contribuições de Paulo Freire para o âmbito educacional, em seus diversos segmentos. Tais contribuições permitem pensar a educação e a escola pública como processos e espaços que refletem a emancipação humana, a formação de consciência e a humanização. Evidencia-se, portanto, a necessidade de valorizar o legado freiriano e compreender as obras de Freire em sua essência para nosso contexto atual.

**Palavras-chave:** Educação Pública. Escola pública. Classe trabalhadora. Paulo Freire.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Teses e dissertações selecionadas na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES .....	48
QUADRO 2 – Artigos selecionados na plataforma Periódicos da CAPES .....	48
QUADRO 3 – Categoria 1 e códigos dos trabalhos.....	61
QUADRO 4 – Categoria 2 e código dos trabalhos.....	64
QUADRO 5 – Categoria 3 e código dos trabalhos.....	67
QUADRO 6 – Categorias e códigos das pesquisas. ....	69
QUADRO 7 – Principais resultados encontrados na categoria 1 (C1). ....	70
QUADRO 8 – Principais resultados encontrados na categoria 2 (C2). ....	72
QUADRO 9 – Principais resultados encontrados na categoria 3 (C3). ....	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ABE	Associação Brasileira de Educação
C1	Categoria 1 (Contribuições de Paulo Freire para as políticas educacionais)
C2	Categoria 2 (Contribuições de Paulo Freire para a escola pública)
C3	Categoria 3 (Contribuições de Paulo Freire para a prática docente)
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	12
1.1 EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL.....	12
1.2 EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO IMPERIAL.....	14
1.3 EDUCAÇÃO DURANTE A REPÚBLICA.....	15
1.4 EDUCAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO.....	16
1.5 EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR.....	18
1.6 EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS-DITADURA.....	19
1.7 A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.....	20
<b>2 A ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO QUE POSSIBILITA A TRANSFORMAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS DE PAULO FREIRE E POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES</b> .....	23
2.1 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.....	23
2.2 POLÍTICA E EDUCAÇÃO.....	30
2.3 POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES COM AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO FREIRIANA.....	37
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE: O QUE AS PESQUISAS REVELAM AO CONCEBER A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE INSERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?</b> .....	45
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.2 PESQUISA QUALITATIVA.....	45
3.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	46
3.4 APROXIMAÇÕES AO ESTADO DA ARTE DA PESQUISA.....	46
3.5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES.....	49
3.6 O QUE DIZEM OS ARTIGOS?.....	49
3.7 O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES?.....	55
<b>4 ANÁLISE DE CONTEÚDO</b> .....	60
4.1 CATEGORIA 1: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCOLA PÚBLICA.....	60
4.2 CATEGORIA 2: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE.....	64
4.3 CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	67
4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS.....	68

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa se deu por meio de minhas experiências como estudante de escola pública e como acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia, assim, o estudo acontece a partir da afinidade e interesse que desenvolvi com a temática. A partir das experiências que de alguma forma me inquietaram, surgiu a problematização que deu início à pesquisa.

Por meio das observações e experiências vividas dentro da escola pública, como estudante e como estagiária, surgiu o interesse e necessidade de trazer a escola pública como possível instrumento de transformação social. Cursei todas as etapas da educação básica em escolas públicas, sendo filha de pais assalariados, bem como a maioria de meus colegas. Foi na escola pública que tive mais acesso à cultura, à informação e ao conhecimento, portanto a escola pública desde cedo representou espaço de transformação social.

Durante a transição do ensino fundamental anos finais para o ensino médio, tive que escolher o próximo colégio que iria estudar, uma vez que a escola em que até então eu estudava, não tinha ensino médio. Durante essa transição, a maioria de meus colegas planejava mudar para escola particular, a fim de obter aprovação no vestibular de universidades públicas, minha realidade não permitia o estudo em escola particular, para mim não era uma possibilidade, o que me preocupava em relação ao vestibular, pois já sonhava em fazer graduação em universidade pública.

Diante dessa situação questionava como deveria prosseguir, questionava até mesmo a possibilidade de realmente adentrar numa universidade pública e, a partir daí, passei a ver a escola pública com outros olhos, passei a enxergá-la como instrumento de luta e transformação para o aluno oriundo da classe trabalhadora, no sentido de formação da consciência dessa classe.

Nesse sentido, observei que para esses alunos, muitas vezes a escola pública era o único possível instrumento de inserção e transformação social e, portanto, deveria ser valorizada, defendida e transformada. No último ano do ensino médio todos nós, alunos, de alguma forma, pensávamos em vestibular, a maioria de minha turma fez curso pré-vestibular, e mais uma vez não tive a mesma oportunidade devido à condição financeira de meus pais. Mesmo assim, fiz o vestibular e para minha surpresa passei em primeiro lugar no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sempre percebi o discurso de competição ser legitimado até mesmo por parte de professores, e a ideia de que o aluno da escola pública não poderia competir com o aluno da rede particular sempre foi muito evidente. Já dentro da UEPG, durante o curso e a partir das primeiras inserções realizadas em escolas, reforcei ainda mais a ideia da importância da escola pública como sendo possível espaço de inserção social para o aluno da classe trabalhadora.

A história da educação no Brasil sempre foi marcada pela desigualdade e a predominância de uma classe sobre a outra, portanto a desvalorização da escola pública e a desigualdade ainda é uma realidade, e tal realidade é reforçada constantemente, seja no corte de verbas, no discurso de privatização de serviços públicos ou na precarização das redes escolares. Muito se fala sobre a precarização das escolas públicas pela falta de recursos e investimentos, mas ainda pouco se fala sobre a precarização de vidas humanas, o preconceito enraizado socialmente contra a educação pública e o impacto que isso causa nas oportunidades educacionais, no direito à educação e nas relações sociais.

A educação durante muito tempo foi privilégio das elites, enquanto as camadas populares ficaram excluídas do acesso ao ensino. Além disso, a dualidade existente entre educação para a classe popular e a educação para as elites é histórica, uma vez que a educação pública foi legitimada a partir da necessidade capitalista de preparar para o mercado de trabalho. Portanto, é necessário evidenciar a importância e significado da conquista da educação pública e gratuita para as camadas populares, permitindo a formação da consciência de tal classe num sentido de que seja inserida socialmente de forma ativa e consciente, assim, se faz necessário que a escola pública seja sempre valorizada e protegida para a garantia da democracia.

A pesquisa apresenta como problema como conceber a escola pública como espaço que possibilita a inserção e transformação social para a classe trabalhadora, a partir dos estudos de Paulo Freire? Foram definidos um objetivo geral, o qual consiste em analisar pesquisas já existentes que trazem a educação como fator de transformação social, a partir dos estudos de Paulo Freire e três objetivos específicos, sendo eles: a) Apresentar de forma breve a história da educação e da escola pública no Brasil; b) Reconhecer a escola pública como espaço que possibilita a inserção social dos alunos da classe trabalhadora, tendo como principal referencial os estudos de Paulo Freire; c) Identificar nas pesquisas selecionadas as contribuições de Paulo Freire para conceber a educação como fator de transformação social.

Assim, esta pesquisa foi organizada em três capítulos: o primeiro trará uma breve contextualização da história da educação no Brasil em cada período histórico, para que seja possível compreender, em primeiro momento, como se deu a educação no Brasil, a origem da educação no país, seus avanços, conquistas e impactos sociais. Conseqüentemente irá trazer, também de forma breve, a origem da escola pública no Brasil, a luta por uma escola pública e gratuita e a conquista desta mesma escola.

O segundo capítulo, respaldado nos estudos de Paulo Freire, evidenciará a escola pública como sendo espaço de inserção social, bem como sua importância e capacidade de transformação. Irá trazer também algumas interlocuções de outros autores com Paulo Freire, os quais a partir dos estudos de Paulo Freire defendem a escola pública gratuita, a tomada de consciência pela classe popular, sua participação ativa na sociedade e o papel da escola em todo esse processo.

O terceiro capítulo apresentará a análise e o diálogo com pesquisas selecionadas que tratam da temática: a escola pública como instrumento de inserção e transformação social para a classe trabalhadora, identificando as contribuições de Paulo Freire que concebe a escola pública como espaço de inserção e transformação social.

Por fim, a partir das pesquisas selecionadas, o quarto capítulo apresentará a análise de conteúdo, conforme técnica de Bardin (1977), trazendo um diálogo entre as três categorias encontradas, os resultados da análise e das discussões.

## **1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

É sabido que a história do Brasil revela, desde o início, grande intolerância às diferenças (culturais e sociais) e a exploração de uma classe sobre a outra e, assim, evidencia, desde o início, o privilégio de uma minoria.

Para tratar da escola pública no Brasil é preciso antes compreender o contexto da educação brasileira. Para isso, é indispensável conhecer a educação em todos os seus períodos: o Período Colonial, no qual a educação foi marcada pela catequização dos indígenas pelos jesuítas, vindos da Europa para pregar a fé católica; o Período Imperial, marcado pela herança escravocrata e elitista do país, além de uma educação defasada após a expulsão dos jesuítas; o Período da República, marcado pelos primeiros debates acerca de uma educação a nível nacional; Estado Novo, que continuou a privilegiar o ensino secundário para o ingresso no ensino superior, e destinava o ensino profissionalizante para a classe popular; Período do Regime Militar, marcado pela repressão e controle nas decisões sobre a educação no país, trouxe o crescimento quantitativo das escolas públicas e instaurou o ensino tecnicista, trazendo mudanças significativas no cenário educacional e, por fim, o Período pós Ditadura, estendendo até os dias atuais. Dessa forma, é possível compreender o percurso da educação e da escola pública brasileira e suas transformações.

### **1.1 EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1500 – 1822)**

Piletti (2006) traz em seu livro aspectos importantes sobre a história da educação no contexto brasileiro de acordo com cada período. A educação no período colonial teve essência religiosa, uma vez que o objetivo central era pregar a fé católica catequizando os indígenas, a fim de que esses se tornassem mais “civilizados” e, dessa forma, fossem mais bem controlados. Em outras palavras, a educação neste período visava a submissão do povo indígena pela religião para a conquista de suas terras pelos colonizadores. Além disso, a submissão e conversão desse povo visava torná-los aptos ao trabalho.

Essa ideia de educação chegou com a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa composta por padres jesuítas que tinham como missão espalhar a fé católica pelo mundo. Os primeiros jesuítas chegaram ao país em 1549 comandados pelo padre Manuel da Nóbrega, e buscavam aliar sua missão evangelizadora com a colonização dos portugueses, satisfazendo assim os interesses dos colonizadores e o da igreja católica. A educação nesse período foi, portanto, aliada à política colonizadora.

Os jesuítas logo perceberam que não seria possível catequizar os indígenas sem antes educá-los para a leitura e escrita. Para isso, dividiram seu plano de educação em duas partes: a pregação religiosa e a do letramento, dessa forma se ensinava a religião católica ao mesmo tempo em que se letrava, impondo e disseminando a cultura e costumes europeus.

Nesta época, a educação dada pelos jesuítas não foi somente para os indígenas, os jesuítas também atribuíram a educação para os filhos dos escravizados, dos senhores de engenho e dos colonos. Apesar da missão jesuíta ter proporcionado ao país diversas escolas, inclusive com o intuito de alfabetização, é inegável que o objetivo central sempre foi a conversão do indígena para o catolicismo e para os valores europeus. Sendo assim, a educação neste período se distanciava da realidade dos sujeitos envolvidos (indígenas), enfatizando assim uma educação vazia e sem perspectiva crítica.

A chegada de Sebastião José de Carvalho e Melo, o primeiro marquês de Pombal<sup>1</sup>, trouxe conflito com os jesuítas devido ao conflito de interesses, uma vez que a ideia de educar para a fé católica já não condizia mais com os interesses políticos. Marquês de Pombal almejava centralizar a administração do Brasil colônia a fim de obter maior controle político. Todo esse conflito de interesses levou à expulsão dos jesuítas do Brasil, em julho de 1759, bem como o desmonte das escolas construídas por eles, as quais foram substituídas pelas aulas régias de Latim, Grego e Retórica.

A ideia central de tudo isso era eliminar as escolas que serviam aos objetivos da igreja católica e criar escolas que servissem aos interesses do Estado. Mesmo assim, as novas escolas eram dispersas uma das outras, sem objetivo e

---

<sup>1</sup> Grande nome da administração portuguesa e foi primeiro-ministro de Portugal entre os anos de 1750 à 1777, recebeu o título de marquês de Pombal no ano de 1769, tomou diversas medidas que tiveram grande impacto em Portugal e também no Brasil.

organização estabelecida, o que resultou num desmonte da educação, uma vez que nenhum sistema eficiente foi posto no lugar do sistema jesuíta.

## 1.2 EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO IMPERIAL (1822 – 1889)

Conforme explicado por Piletti (2006) apesar da conquista da independência, o Brasil ainda herdava características de uma sociedade escravocrata e elitista, a chegada da família real e a conquista da independência do Brasil pela coroa portuguesa reafirmaram a ideia de uma educação que atendesse aos interesses do Estado: especialmente aos interesses da classe dominante, a elite brasileira.

A partir daí, a educação superior e o ensino secundário eram voltados para o ensino das elites, ou seja, para aqueles que controlavam os interesses do país. O ensino secundário servia então para preparar para o ingresso no ensino superior, nesse sentido, o ensino primário e o ensino técnico-profissional ficaram em desvantagem em relação ao ensino superior. O ensino primário tornou-se precário por si só, uma vez que não existia preparação dos professores, as aulas então eram ministradas por professores despreparados.

Foi nesse momento histórico, durante os debates da assembleia constituinte a fim de elaborar a primeira constituição brasileira, que surgiram os primeiros debates e discussões acerca de políticas educacionais e de um modelo político educacional para o país. Na conclusão da constituição, no ano de 1824, as ideias de uma política educacional para o país e de um sistema público de ensino estavam presentes, mesmo assim, a ideia de uma educação a nível nacional aparecia ainda de forma muito vaga.

Ao final do Império o país ainda não apresentava um sistema eficiente e integrado de ensino: não existiam universidades e sim escolas de ensino superior, as quais eram isoladas e se restringiam ao ensino das elites, os ensinos não se ligavam entre si e não compunham uma ordem hierárquica e organizada de ensino. O ensino das elites continuava em privilégio (ensino secundário e superior), enquanto o ensino das camadas populares continuava em desvantagem (primário e técnico profissional).

### 1.3 EDUCAÇÃO DURANTE A REPÚBLICA (1889 – 1930)

No início da República, ainda era nítida a herança deixada pelo Império: poucas escolas isoladas e nenhum sistema nacional de ensino público. Em contrapartida, foi durante a República que iniciou a criação de um sistema educacional brasileiro, “trazendo os princípios de obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1 grau, direito à educação, liberdade de ensino, obrigação do Estado e da família na educação e ensino religioso de caráter multiconfessional”. (PILETTI, 2006, p. 56).

Durante esse período, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de primeiro grau estava presente na Constituição, e desde então, nunca mais deixou de estar presente nela. Mesmo constando em Constituição, o Direito à educação continuava distante da maioria dos brasileiros. Como explicado por Piletti (2006, p. 56) “a liberdade de ensino podia ser entendida como a autonomia das instituições e o direito de livre opinião e pensamento”.

O princípio de obrigação do Estado e da família traz, de forma constitucional, que a família e o Estado devem assumir responsabilidade sobre a educação, trazendo também, pela primeira vez, a obrigação do Estado de investimento mínimo na educação. O ensino religioso católico, até então obrigatório nas instituições, aqui assume o caráter multiconfessional, que consistia na ideia de ser optativo e que acontecesse de acordo com os princípios religiosos e crenças de cada aluno, previamente comunicado pelos familiares.

O governo federal continuava preocupado somente com o ensino das elites, assim, o ensino das camadas populares era organizado pelo governo estadual, mesmo assim de forma muito precária. Dessa forma, cabia ao governo federal organizar e concretizar o ensino das elites (secundário e superior) e este primeiro só existia em função do segundo, e cabia ao governo estadual a educação das camadas populares (ensino primário e ensino profissional).

Piletti (2006) faz uma breve explicação sobre o ensino durante a República: o ensino secundário existindo em razão do superior, como um meio preparatório para o ingresso no ensino superior, o tempo de duração do ensino secundário variou entre quatro e sete anos durante as reformas e trazia como prioridade o ensino de ciências humanas e sociais. O ensino superior continuava numa perspectiva de

escolas isoladas, enquanto o ensino técnico-profissional era deixado de lado, uma vez que “pertencia” às camadas populares.

A ideia de transformar a sociedade através da educação alimentou os debates sobre a educação do país na década de 20, o que ficou ainda mais forte com a criação da ABE – Associação Brasileira de Educação – pois esta proporcionou encontros entre educadores, os quais puderam debater e discutir sobre a educação de uma forma mais crítica, levando adiante a necessidade das reformas educacionais.

De uma forma geral, o ensino primário e o ensino técnico profissional continuaram a ser organizados pelos Estados, os quais buscaram reformulá-los para obter melhores resultados, assim, diversos Estados realizaram reformas em seus sistemas de ensino, tendo maior destaque a reforma do Distrito Federal, formulada por Fernando de Azevedo<sup>2</sup>, segundo ele, “a escola deveria ser reformada seguindo três princípios: extensão do ensino, articulação dos diferentes níveis e modalidades e a adaptação ao meio social e às ideias modernas de educação”. (PILETTI, 2006, p. 63).

#### 1.4 EDUCAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO (1937 – 1945)

Piletti (2006) traz aspectos importantes e mudanças da trajetória da educação até a chegada do Estado Novo. Antes da chegada do Estado Novo, a Revolução de 1930 (1930 – 1937) trouxe mudanças significativas na educação brasileira, isso porque alguns defensores das reformas educacionais passaram a ocupar cargos na administração pública, podendo assim levar adiante as propostas até então não concluídas.

Durante a Revolução de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgão responsável por debater e organizar as políticas educacionais do país. Assim, houve mudanças nas atribuições dos governos sobre a educação, fato que acabou por centralizar o poder e diminuir a autonomia dos Estados e municípios sobre os sistemas de ensino.

A fim de criar um sistema nacional de ensino, o governo federal organizou, em conjunto com a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1931, uma conferência de educação e convidou diversos educadores para debater os melhores caminhos para a educação a nível nacional. Foi nesse momento que surgiu o

---

<sup>2</sup> Educador e sociólogo brasileiro, defendia a gratuidade de todos os níveis de educação.

chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, organizado por Fernando de Azevedo<sup>2</sup> e assinado por mais de 25 educadores.

O Manifesto se contrapunha aos educadores católicos que defendiam o ensino religioso obrigatório, e defendia o ensino público e laico para todos, a educação como meio para a construção da democracia, a educação pensada e organizada conforme a realidade social de todos os alunos e a formação específica para os professores.

Assim, ainda durante a Revolução de 30, os níveis de ensino passaram por algumas transformações: é fato que o ensino das elites continuava a ser prioridade, ocorrendo as primeiras transformações no ensino secundário e superior. O ensino secundário passou, então, a não ter somente objetivo preparatório para ingresso no ensino superior, mas também tinha o objetivo de preparação geral do homem, isto é, a preparação do homem para todos os setores de atividade humana.

Assim, o ensino secundário foi dividido em duas partes: o ensino fundamental e o ensino complementar, o primeiro tinha a perspectiva de formação geral, trazendo matérias de humanidades, matemática, ciências e estudos sociais. O complementar era um preparatório para o ingresso no ensino superior. Portanto era ofertado o ensino conforme a pretensão de formação, quem pretendia seguir a área de medicina e demais áreas da saúde iria focar em ciências biológicas e naturais, quem pretendia a área jurídica focava mais nas matérias de humanidades, e quem pretendia as áreas de engenharia focaria mais em matemática.

Já no Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, o então presidente elaborou uma nova constituição a fim de centralizar o poder para si e dando forma a um governo autoritário. Assim, a nova constituição também prometia novas mudanças na educação do país e deu continuidade a legislação a nível federal que buscava organizar a educação em todos os seus graus e modalidades.

O direito de todos à educação, evidente na constituição no período da República, durante o Estado Novo aparecia de forma mascarada, privilegiando instituições particulares e desviando a responsabilidade do governo. A nova reforma na educação trouxe algumas mudanças, o ensino secundário passou a ter como objetivos a formação, o pensamento patriota e humanista e o desenvolvimento intelectual. Além disso, continuaram os dois graus, mas agora com carga horária modificada, havia agora o primeiro grau sendo um curso colegial para a formação geral e duração de três anos, dividiam-se em colegial clássico e colegial científico e

tinham poucas diferenças entre eles, sendo a principal diferença a distribuição de matérias.

O ensino técnico-profissional continuou em detrimento ao ensino secundário, isso porque apenas o ensino técnico-profissional não oportunizava o ingresso ao ensino superior, ou seja, não permitia continuidade na carreira estudantil. Assim, o aluno que se formasse no ensino técnico e pretendesse ingressar no ensino superior deveria, de qualquer forma, realizar o ensino secundário, portanto essa modalidade de ensino continuava destinada à classe popular. Foi ainda durante o Estado Novo que o ensino profissional passou a ter legislação nacional específica e dividia-se em três tipos: comercial, agrícola e industrial, e assim como o ensino secundário, era dividido em dois ciclos.

No ensino primário surgia a primeira regulamentação nacional, a qual trazia as atribuições do ensino primário, que consistiam em iniciação cultural, desenvolvimento da personalidade e a preparação para a vida (familiar e trabalho) e dividia-se em fundamental e supletivo.

### 1.5 EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964 – 1985)

No ano de 1964 instalou-se no país um regime autoritário que resultou em grandes mudanças na educação brasileira, tais mudanças foram impostas pelos militares no poder. Mesmo que o período da ditadura no Brasil tenha sido marcado pela repressão e controle, foi um período em que houve uma expansão significativa e quantitativa da escola pública no país, isso se deu ao fato de que para legitimar o slogan utilizado pelos militares de “Brasil Potência” era necessário que o índice de escolarização subisse no país (BITTAR; BITTAR, 2012).

Apesar do crescimento quantitativo da escola pública, esta sofreu uma diminuição de qualidade, em contrapartida, foi a primeira vez que grande quantidade da classe popular conseguiu adentrar na escola. Apresentando a intenção de implantar um caráter tecnicista de ensino, os militares realizaram duas reformas que trouxeram mudanças para o cenário da educação.

A chamada Reforma Universitária foi contra as reivindicações dos estudantes brasileiros, que lutavam por mais vagas na universidade, aumento do número de professores, verbas e recursos. A reforma aumentou a burocracia para o ingresso

nas universidades e aumentou o controle sobre as atividades acadêmicas, diminuindo a participação ativa da comunidade acadêmica nas decisões.

Piletti (2006) traz algumas iniciativas do governo militar para reprimir as lutas e reivindicações dos estudantes, dentre elas: vestibular classificatório para eliminar a existência de vagas excedentes, organização da universidade em departamentos e semestres a fim de suprir toda a burocracia envolvida, numa perspectiva empresarial, e possibilitou o aumento significativo das instituições privadas.

A reforma do ensino de primeiro e segundo graus deixou ainda mais evidente a intenção do governo de profissionalizar o ensino para a classe popular, a partir daí o segundo grau tomou a forma de ensino profissionalizante a fim de diminuir a demanda de ingresso para o ensino superior. Dessa forma, o ensino de segundo grau forneceria uma profissão aos jovens que não adentrassem na universidade. O ensino de primeiro grau foi destinado à educação geral, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Em relação aos conteúdos foram introduzidas a Educação Moral e Cívica e foram excluídas disciplinas que buscavam ampliar a consciência pelo processo de reflexão e questionamentos, tais como filosofia e sociologia. O argumento utilizado pelos militares no poder, durante a Ditadura Militar, de que o ensino formava para o exercício da cidadania, caiu por terra, uma vez que a maior parte dos cidadãos brasileiros eram impedidos de praticá-la.

Apesar de todas as mudanças e reformas e mesmo com o aumento quantitativo das escolas o cenário educacional continuava preocupante, visto que o índice de analfabetismo continuava elevado, bem como o número de matrículas em todas as etapas da educação era muito pequeno, e assim muitos continuavam excluídos da escola e da universidade.

#### 1.6 EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS-DITADURA - Período de transição, redemocratização. (1985 - ...)

Como explicado por Piletti (2006) após vinte e um anos de repressão do governo militar, os cidadãos brasileiros esperavam por uma democratização do país, contrariando o pedido dos brasileiros, a elite política escolheu o presidente que iria iniciar o processo de “redemocratização”, dando início ao Governo José Sarney (1985 – 1990).

A fim de criar uma Constituição democrática após o fim da ditadura militar, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1 de fevereiro de 1987, a qual

trouxe a presença de muitas entidades políticas, interessadas em participar da formulação da nova Constituição. Dentre tais entidades, estavam também presentes aquelas que falavam sobre a educação e mais uma vez houve dualidade entre os interesses: de um lado os que defendiam a privatização da educação e de outro aqueles que defendiam um ensino público, laico e gratuito.

No dia 2 de abril do mesmo ano, foi divulgado o Manifesto à Nação, o qual trazia, como constava no próprio documento, os interesses da maioria em conformidade com os interesses das entidades que participaram da reformulação. Nele constava a educação como um direito de todo cidadão, a obrigação dos governos de financiar a educação pública e gratuita em seus níveis federal, estadual e municipal, as verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas e a democratização da escola.

A nova Constituição foi oficializada em 1988 e trouxe em partes o que ficou definido pelo Fórum da Assembleia Nacional Constituinte. Na nova Constituição constava a educação como direito de todos e como dever do Estado, a valorização do docente, a gratuidade, obrigatoriedade e qualidade da escola pública, gestão democrática, atendimento às pessoas com deficiência, currículo comum e ensino religioso sendo facultativo.

## 1.7 A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

A escola pública surgiu da ideia e da necessidade da educação das massas. Dessa forma surgiu a necessidade de uma organização de um sistema nacional de ensino para que toda a população pudesse ter acesso. Assim, a escola pública passou a ser estatal, isto é, dever do Estado.

Saviani (2003) faz um panorama geral da origem da escola pública no Brasil, a qual teve seu primeiro esboço ainda na colonização do país com o ensino dos jesuítas, nessa época foram criados os primeiros colégios, os quais ensinavam “humanidades” e privilegiou a formação das elites.

De acordo com o autor, com a chegada de Marquês de Pombal, a expulsão dos jesuítas e, por consequência, o fechamento de suas escolas, surgiram as primeiras ideias de educação pública estatal, uma vez que, inspirado pelas ideias do Iluminismo, Pombal buscava uma educação laica que fosse dever do Estado. A princípio, tal ideia não saiu do papel, devido à falta de recursos e de professores

qualificados. Junto com a conquista da Independência e a instauração do Império foi declarada livre a instrução popular, ou seja, a partir daí, a instrução pública deixou de ser privilégio do Estado, o que deu passe livre para a privatização da educação.

Em 1827 foi criada a lei que estabelecia a criação de escolas de primeiras letras, nas quais os professores ensinariam a ler e escrever, bem como operações, gramática da língua nacional e religião e moral cristã e católica, a lei não foi de fato efetivada e isso resultou no atraso da criação de um sistema nacional de ensino, como explicado por Saviani (2010, p. 381) sistema pode ser entendido como “a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante”.

Em 1854 a ideia de sistema nacional de ensino ressurgiu, trazendo a obrigatoriedade do ensino e a fiscalização e controle para que as crianças frequentassem a escola. Para realizar o controle e fiscalização, utilizava-se como modelo a instrução pública da capital do Império, dando então início para a criação de um sistema nacional de ensino. Para a criação de um sistema nacional foi reconhecida a importância da criação de uma instância que tratasse exclusivamente da educação pública.

A Proclamação da República trouxe um marco para a educação pública, pois foi nesse momento que as ideias laicas prevaleceram, estabelecendo a separação entre igreja e Estado e eliminando a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. Apesar disso a educação popular ainda era deixada de lado e a organização nacional da educação pública ainda não tinha sido efetivada, sendo reduzida somente ao ensino primário e deixada à responsabilidade dos Estados federados.

Ainda conforme Saviani (2003) o crescimento da sociedade brasileira trouxe muitas reivindicações populares acerca de uma instrução pública de qualidade, mas a educação pública só passa a ser efetivamente uma questão nacional após a Revolução de 1930, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde.

A Constituição de 1946 definiu a educação como direito de todos, a educação primária como obrigatória e ofertada de forma gratuita nas escolas públicas e determinou à União as diretrizes e bases da educação do país, dando início para a concretização da organização nacional de educação. Em contrapartida, essa concretização não foi possível, visto que não havia os recursos necessários e a população mais vulnerável ainda não tinha de fato acesso às escolas públicas, impedindo assim a democratização da educação pública brasileira.

A dualidade entre o ensino para as elites e o ensino para as camadas populares continuou existindo, separando a escola que preparava para o ingresso no ensino superior e aquela que preparava para o mercado de trabalho, em funções subalternas.

No intuito de melhorar ou mascarar essa realidade, o término do ensino foi separado em legal e real, onde mesmo os estudantes que por algum motivo (econômicos e sociais) não finalizassem todos os anos da educação básica, ainda assim recebessem preparação para se inserir no mercado de trabalho.

Assim, a terminalidade real estava abaixo da legal, uma vez que a legal correspondia ao término de todos os anos da educação básica e a possibilidade de adentrar no ensino superior. É possível observar que essa dualidade foi intencional, como expresso por França, Felipe e Pereira (2012, p. 246) “a elite brasileira necessitava da preparação das massas para o mercado de trabalho”.

## **2 A ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO QUE POSSIBILITA A TRANSFORMAÇÃO E A INSERÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS DE PAULO FREIRE E POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES**

Em suas obras, Paulo Freire sempre traz a educação como sendo um ato político e de transformação. Portanto torna-se inevitável tratar da escola pública como instrumento de transformação para a classe trabalhadora sem lembrar de Paulo Freire. É fato que seus estudos continuam atuais e possuem grande influência no pensamento educacional não somente do Brasil, mas também de diversos países, tornando-se referência internacional.

Num país que busca desqualificar e excluir os pensamentos freirianos do cenário educacional se faz cada vez mais necessária a resistência que mantenha viva a Pedagogia de Paulo Freire, bem como a defesa de uma escola pública popular, gratuita e de qualidade, visando a inserção social da classe trabalhadora a partir de uma educação libertadora e democrática.

Para isso, este capítulo irá apresentar a escola pública como espaço que possibilita a transformação e a inserção social a partir dos livros Pedagogia do Oprimido (1987) e Política e Educação (2001), ambos de Paulo Freire. Além disso, irá trazer possíveis interlocuções com as obras de Paulo Freire, utilizando o livro Educação e Poder, de Moacir Gadotti, o artigo “Paulo Freire e Gramsci: contribuições para pensar educação, política e cidadania no contexto neoliberal”, de Elydio Santos Neto, o artigo “Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica” de Vitor Henrique Paro, e o artigo “Educação escolar e acesso ao conhecimento: o ensino como socialização da liberdade de pensar” de Angelo Antonio Abrantes.

### **2.1 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**

Em sua obra Pedagogia do Oprimido (1987), Freire inicia suas reflexões trazendo a relação oprimido X opressor, em que o oprimido será “menos” devido aos mecanismos de opressão ao qual é submetido. O ser menos significa que o sujeito não é um sujeito para si, mas sempre para o outro, servindo aos interesses e necessidades de outros, assim, se sentirá menor ou até insignificante em sua própria história, uma vez que não se reconhece nela.

Nesse sentido, Freire (1987, p. 19) explica que “o processo de desumanização consiste no processo que retira do homem o direito de sua vocação, vocação esta que seria histórica, ou seja, é a consciência de si mesmo e do mundo, algo que seria natural à todo ser humano”. Assim, o processo de desumanização faz com que o homem esqueça ou deixe de lado esta sua vocação natural, é, então “a distorção do ser mais”. (FREIRE, 1987, p. 19). Ainda neste sentido

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p. 19).

O sujeito oprimido acredita ser menos, pois de certa forma depende de seu opressor. Nesta perspectiva, entra a importância da humanização, pois é a partir dela que os oprimidos poderão se libertar e ir em busca do “ser mais” ao mesmo tempo em que libertam seus próprios opressores, uma vez que o sentido da humanização é a libertação de todos os sujeitos, e não a continuidade da opressão.

Assim, o objetivo da humanização não é eliminar o opressor, pois isso irá transformar o oprimido em opressor, mas sim humanizá-lo junto durante o processo, criando uma conscientização para que o sujeito opressor deixe, pela sua consciência, o exercício da opressão, portanto, a libertação será em conjunto, uma vez que o homem é um ser social.

Como apresentado por Freire (1987, p. 20)

Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.

Para o autor, os oprimidos são aqueles que compõe a camada popular da sociedade, a classe popular ou, ainda, a classe trabalhadora. Pensando a classe trabalhadora numa perspectiva não reducionista, podemos entendê-la como a expressão do homem enquanto ser social e histórico, o qual constrói o mundo e a si mesmo conforme suas necessidades. É, então, a classe que representa a base do modo de produção capitalista. Freire traz a classe trabalhadora como sendo aquela

composta pelos sujeitos oprimidos em sociedade, portanto, é a classe que reúne os sujeitos que estão submetidos aos mais diversos mecanismos de opressão.

Esses sujeitos oprimidos entendem e sentem a necessidade de libertação, uma vez que vivenciamos efeitos de uma sociedade opressora. Tal libertação irá partir dos oprimidos, não somente pela humanização, mas pela práxis<sup>3</sup> que irá se desenvolver a partir da consciência, ou seja, será uma busca intencional e planejada pela libertação, é aí que surge a elaboração de uma pedagogia libertadora.

A conscientização seria, então, a única forma de inserir os homens e mulheres no processo histórico como sujeitos, pois é a partir dela que o ser humano pode perceber e manifestar suas insatisfações, estas sendo frutos de opressões sociais. A busca pela libertação pode parecer assustadora e até mesmo inalcançável, uma vez que resulta na conquista da autonomia do sujeito e essa autonomia traz à tona a decisão de ser espectador ou ator de sua própria vida.

Essa busca é constante, já que os homens são seres inacabados, conforme Freire (1987, p. 22) “é condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos”. Nesse sentido, a superação da condição de oprimido forma um novo homem, nas palavras de Freire (1987, p. 23) “a superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se”.

O papel dos opressores nesse processo de libertação também é de conscientização. Conscientização esta que irá ajudar os oprimidos saírem da posição de existir para outro, quando o opressor se reconhece como tal. Assim, o papel do opressor deve ultrapassar o individualismo e se tornar, de fato, um ato de amor. Como explicado por Freire (1987, p. 23)

Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existência, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira.

A libertação desses sujeitos oprimidos poderá de fato ocorrer a partir do que Freire chama de inserção crítica na sociedade, isto é, quando passarem a de fato intervir na sociedade em que vivem, não mais como espectadores, mas agora como protagonistas, superando seu estado de imersão enquanto oprimidos.

---

<sup>3</sup> “A práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. (FREIRE, 1987, p. 25).

O estado de imersão revela a adaptação do sujeito no meio em que vive, uma vez que os homens são seres facilmente adaptáveis ao meio e aos determinantes sociais, portanto a superação desse estado é um grande desafio. Para que se possa atuar na sociedade de forma crítica é necessário que existam objetivos, estes oriundos do reconhecimento verdadeiro da realidade em que vivem, que irá resultar na ação, existindo simultaneamente com a inserção.

A partir daí a pedagogia do oprimido se divide em dois momentos. O primeiro momento será aquele em que o oprimido reconhece os mecanismos de opressão e se apodera da práxis<sup>3</sup> para sua libertação e o segundo momento será aquele em que a realidade antes opressora passa a ser agora realidade transformada, e o sujeito oprimido passa a ser sujeito em libertação. Esse sujeito em libertação poderá libertar também seus opressores na medida em que não mais aceita a condição de oprimido e, dessa forma, retira-lhes o poder de opressão, restaurando sua humanização que havia sido perdida pelo uso do poder e da força de opressão. (FREIRE, 1987).

O autor traz ainda, críticas ao modelo vigente de escola imposto pela classe dominante (opressores) e que aborda uma educação mecanizada, grande reprodutora da miséria, assim, traz também as potencialidades e possibilidades da escola pública como instrumento de luta para a classe popular (oprimidos), desde que essa educação seja reformulada e passe acontecer de fato, para os oprimidos. Neste sentido, podemos dizer que a escola é espaço privilegiado para possibilitar a conscientização e por consequência a libertação da classe popular.

A educação mecanizada é uma grande reprodutora da miséria, marginalização e da desigualdade e tal fato também é sistemático, uma vez que essa grande máquina de oprimidos é planejada pela classe dominante e a superação desse modelo de educação e da relação oprimido x opressor depende da conscientização dos educadores e educandos.

Educadores e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. (FREIRE, 1987, p. 36).

A conscientização dos sujeitos envolvidos no processo de ensino implica na superação do que Freire (1987) chamou de concepção bancária da educação, em

que o educando é passivo no processo de ensino, apenas recebendo informações, sem questionar ou criticar, isso porque o ensino se torna alheio à realidade dos estudantes, baseando-se apenas em narração e um ensino “pronto”.

Assim, o educando se torna um depósito passivo e vazio, mesmo recebendo muitas informações. Vazio no sentido de que apenas recebe, memoriza, mas não compreende de fato, não constrói conhecimento junto de seu educador e isso impede que educandos e educadores reconheçam a si mesmos como sujeitos históricos e com potencial transformador.

Na concepção bancária da educação o professor se põe como o detentor do conhecimento, sendo aquele responsável por transferir conhecimentos e valores para seus alunos, estes sendo vistos como aqueles que não sabem nada, incapazes de produzir conhecimento, tornando-se assim alienados. É por isso que nesta concepção cabe o conceito de que os homens são seres adaptáveis, pois não criticam, não criam, não imaginam, não questionam, assim, não se inserem no mundo, não transformam, apenas se adaptam a ele.

É fato que todo esse movimento é favorável aos opressores, pois estes buscam manter o espaço e o sistema que os privilegia, dominando os oprimidos e controlando até a forma como reagem ao mundo, neste caso, de forma passiva. Por isso, qualquer tentativa de transformação da educação sistemática para uma educação libertadora e crítica é vista como um afronte, recebendo represálias e exclusão por parte daqueles que dominam o sistema.

Para Freire (1987) a solução seria então, não que esses oprimidos se adaptassem à sociedade, nem que se integrassem a ela, mas sim que buscassem a sua transformação, para que assim deixassem a condição de existir para o outro e passem a existir para si.

Nesta ótica, Freire (1987) busca pela conscientização dos educadores para que sua prática acompanhe a humanização durante o processo, problematizando a realidade. Para isso é preciso que exista uma relação de companheirismo entre educador e educandos, e não uma relação de domesticação e dominação, assim, é preciso que o educador se aproxime de seu educando e de sua realidade, busque construir o conhecimento junto de seu educando de acordo com sua realidade, visão de mundo e compreensão.

Dessa forma, educador e educando aprenderiam juntos, pela troca de experiências, construção de conhecimentos,

aprendendo e ensinando ao mesmo tempo. Nas palavras de Freire (1987, p. 44) “[...] é através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador”. Ensinar a pensar e problematizar sobre a realidade seria a forma correta de produzir conhecimento, pois dessa forma o educando poderá se entender como ser social, conhecendo sua condição dentro da sociedade, o oprimido não irá mais aceitar esta condição.

A superação da concepção bancária, que induz a dominação, pela concepção libertadora, que busca a libertação, implica em trazer a dialogicidade como essência da educação, tal dialogicidade não é vazia, pois deve acompanhar a práxis, dando à palavra maior significado e dimensão, indo além do mero verbalismo, isto significa que a palavra, adentrando o conceito de dialogicidade, deve transcender o verbalismo e visar a ação, sem detrimento da reflexão.

Assim, a palavra que busca somente a reflexão torna-se vazia e alienada, reduzindo-se a verbalismo, bem como a palavra que visa somente a ação se reduz a ativismo, nos termos de Freire (1987, p. 50) “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Ainda sobre a dialogicidade, o autor evidencia a essência do diálogo, como dito anteriormente, o diálogo ultrapassa o verbalismo e torna-se práxis quando existe diálogo democrático, isto é, o diálogo e a palavra como direito de todos os homens e, portanto, todo esse processo fará sentido somente se proporcionar o encontro e a mediatização entre sujeitos.

A partir daí, podemos confirmar a ideia de que apenas o depósito de informação e conhecimento não humaniza, tampouco dá significado aos homens enquanto sujeitos históricos, pois não proporciona o diálogo, a ação e a reflexão, não proporciona a construção a partir do verdadeiro diálogo.

No que diz respeito à educação dialógica, Freire (1987) traz a importância do desenvolvimento do diálogo no processo educativo e o diálogo como sendo, antes de tudo, um ato de amor. É por isso que o diálogo só é possível entre sujeitos em que não haja relação de dominação, para ele, o amor vai além do sentimentalismo, é luta, compreensão, coragem e compromisso. O diálogo só é possível com humildade, pois somente assim poderemos enxergar o mundo e o outro.

Sendo então a humildade necessária dentro do diálogo, o diálogo entre educador-educando acontece na medida em que, juntos, eles planejam o conteúdo,

mais do que isso, refletem sobre ele, questionam a realidade social e buscam aproximar os conteúdos da realidade em que vivem e de suas experiências de mundo. A partir desse movimento é que a educação poderá dar significado à existência dos homens, inserindo-os no mundo.

A proposta é que os conceitos de liberdade e diálogo andem sempre juntos, pois um não acontece sem o outro. Não é justo impor ou depositar conhecimento nas pessoas, sem permitir que estas possam refletir sobre aquilo que está sendo apresentado e transmitido. Não é justo que a realidade desses sujeitos seja desconsiderada durante todo esse processo, que o conteúdo transmitido seja criado por aqueles completamente alheios da realidade de outros.

Simplemente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção "bancária", entreguem-lhes conhecimento ou imponham-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos. (FREIRE, 1987, p. 54).

Assim, o educador que busca conscientizar sua prática para uma educação libertadora deve ser cuidadoso para que sua prática não caia nas armadilhas da própria concepção bancária da educação, trazendo para sua sala de aula a sua visão particular da realidade, desconsiderando então os sujeitos em situação no processo educativo.

Não é, então, sobre transformar os sujeitos, mas sim transformar a realidade em conjunto com esses homens. Educar pra doutrinar é tarefa dos dominadores, e não daqueles que buscam a educação libertadora. Ao educador que busca humanizar sua prática, cabe recuperar a humanidade que foi perdida pela dominação e opressão e cabe a ele, ainda, libertar a si e aos outros e não os dominar pela sua própria visão de mundo.

A partir dos estudos de Freire, é possível defender a ideia de que a práxis em seu sentido freiriano e os pensamentos políticos que o autor traz em suas obras contribuem muito para repensarmos a escola pública enquanto um espaço que proporciona desenvolvimento da cultura, do conhecimento e possibilita a emancipação das camadas populares.

Uma escola em que educandos e educadores se sintam pertencentes à ela enquanto sujeitos que escrevem a própria história, tendo suas identidades preservadas e consideradas, uma vez que a escola deve se caracterizar enquanto

espaço da prática da liberdade, a liberdade de pensar, questionar e construir, refutando assim a concepção existente de uma escola autoritária. O diálogo, a transformação e a liberdade exigem também responsabilidade social, a qual irá garantir que todos esses processos ocorram sempre com um objetivo, com intencionalidade, tornando a escola cada vez mais democrática e popular.

A participação ativa da camada popular na construção de conhecimento e criação da cultura rompe com a ideia de que somente a classe dominante poderá ditar o que é ou não cultura, qual conhecimento é válido e qual não é. Além de desmistificar a marginalização de tudo aquilo que vem das camadas mais populares. É, portanto, um processo de descolonização das práticas educacionais e de superação do engessamento dessas práticas.

## 2.2 POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Nesta obra, Freire (2001) busca trazer a aproximação entre política e educação, reforçando a perspectiva da educação como ato político. Freire (2001) inicia trazendo a diversidade e amplitude existente entre as opiniões, opções políticas, sonhos e perspectivas dos sujeitos, deixando claro que seu livro não se trata de um tema neutro, assim, assume uma posição política.

Dessa forma, evidencia que o fato da divergência de perspectivas e opções políticas não deve separar os sujeitos, tampouco o diálogo entre estes, pois é dessa forma que a verdadeira democracia acontece. A ideia é que a partir da aproximação de sujeitos com sonhos e pensamentos diversos seja capaz de acrescentar no pensamento de todos, seja capaz de acrescentar os diferentes ao meio social, seja capaz de acrescentar os saberes.

No mundo moderno, não cabe mais acreditar em uma verdade absoluta, fechar-se para o mundo e aceitar apenas sua própria verdade, essa reação que vai contra a “certeza única” ou “verdade absoluta” é uma reação contra o que Freire (2001) chamou de “domesticação do tempo”.

A partir dessa recusa à domesticação, essa reação evidencia e reconhece a importância da subjetividade nos processos históricos. Além disso, de fortalecer o reconhecimento da subjetividade, assim, a prática educativa irá acontecer a partir da leitura crítica do mundo, o que resultará na desmistificação das verdades e servirá como desocultadora de verdades. Tal ocultação de verdades interessa apenas às

classes dominantes.

A educação enquanto prática permanente é defendida pelo autor com base em suas reflexões sobre o ser humano. O homem é um ser histórico-social, isto significa que o homem está sendo ao mesmo tempo em que pode ser, ele está sendo tudo aquilo que adquire de forma não mecânica. Enquanto ser histórico se torna finito e limitado, mas consciente de sua inconclusão, portanto, naturalmente ele busca pelo processo de humanização, muitas vezes interrompido ou sabotado pelo processo de desumanização.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. (FREIRE, 2001, p. 12).

Anteriormente, em *Pedagogia do Oprimido*, Freire escreve sobre a vocação para a humanização, algo natural de todos os seres humanos, a busca pelo ser mais. Em *Política e Educação* o autor traz tal reflexão para a educação em si, diferenciando os seres humanos dos demais animais pelo fato de que o ser humano não aprende apenas por instinto, uma vez que tem consciência de sua existência, de sua história, linguagem e cultura, agindo também por indagação, curiosidade, incertezas etc., constituindo-se, assim, um ser programado para aprender, numa busca constante permanente. Isto significa que, ao longo da história, o aprender, o processo de ensino e de aprendizagem, o processo de formação tornou-se algo natural do ser humano, uma vocação do ser humano.

Ao pensarmos sobre a educação ofertada pelo Estado é possível refletir o quanto a oferta de educação é limitada e escassa, mesmo sendo um dever daqueles que governam, fazendo com que os grupos populares criem suas próprias escolas muitas vezes com professores com pouca ou quase nenhuma formação científica e em condições precárias, fato que desvia a responsabilidade do Estado e reduz seu papel apenas em enviar o mínimo de verbas para essas instituições.

Nesta perspectiva, o autor defende a ideia de que esses grupos sociais não devem se calar, tampouco permitir que o Estado permaneça confortável, em comodidade com tal situação. É necessário que o Estado seja pressionado a cumprir seu papel. A luta pelas escolas públicas não pode parar e é dever da classe popular

seguir adiante lutando por uma escola pública mais democrática e menos discriminatória.

Mais uma vez, a autonomia da escola e a participação popular na educação não implicam no desvio das responsabilidades do Estado, pois este deve sempre ter a obrigação de garantir educação para todos de acordo com as demandas sociais, portanto as classes populares devem lutar para que o Estado cumpra o seu dever. A luta pela autonomia da escola implica também na luta pela escola pública.

Para se pensar o conceito de educação popular, o autor reflete sobre o amadurecimento que essa concepção teve ao longo dos anos, pois a educação popular, passou a se firmar e ser assim reconhecida a partir dos movimentos pela educação popular, os quais tiveram origem na década de 60 e se opunham aos governos ditatoriais, tal como a Ditadura Militar no Brasil. Dessa forma, passou a existir maior sensibilidade para com os educandos e a educação passou a ser mais humanizada, reconhecendo as diferenças existentes entre os sujeitos, suas necessidades e realidades, passando então a ser uma educação política.

A educação transcendeu as barreiras burocráticas para conseguir atingir os sujeitos e suas realidades, buscando aproximar seus conteúdos ao cotidiano daqueles envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, superando o conteudismo e alcançando a conscientização.

A educação popular democrática surge como possível solução para a superação da concepção bancária, apresentada anteriormente em Pedagogia do Oprimido, uma vez que a educação popular carrega a conscientização e o esforço necessários para formar sujeitos que sejam capazes de realizar uma leitura crítica de mundo, de conhecer e assimilar o que conhecem. Considera ainda a importância dos conteúdos, bem como a importância da capacidade de refletir sobre o que se aprendeu a partir da realidade já conhecida, assim também superando o conhecimento obtido apenas de forma passiva por um saber mais crítico e reflexivo, superando a perspectiva do senso comum.

Ao tratar sobre a temática educação e qualidade, Freire (2001) pontua um aspecto muito importante acerca da educação: a sua não-neutralidade. A prática educativa não pode ser neutra, pois isto implicaria em uma prática sem intencionalidade, descomprometida. O reconhecimento da politicidade da educação não significa a imposição de ideias aos educandos, mas sim a luta pelo direito de exercer seus sonhos e necessidades num âmbito político, o direito de ter seus

próprios sonhos, independentes dos sonhos do educador.

Tal reconhecimento é o exercício para a conquista de uma educação verdadeiramente democrática, respeitando os educandos e seus sonhos. “Não vale um discurso bem articulado, em que se defende o direito de ser diferente e uma prática negadora desse direito”. (FREIRE, 2001, p. 22).

A compreensão e o reconhecimento da prática educativa enquanto prática política deve partir do educador, pois é aí que o discurso poderá ser de fato aplicado. A partir do reconhecimento deverá, então, surgir a clareza política ante os projetos desenvolvidos pelo educador, e é aí que surge a verdadeira intencionalidade.

A prática educativa não pode ser neutra, já que possui a tarefa de desocultadora de verdades. Além disso, a luta popular somente é significativa se acontecer com a classe popular, e não de forma alheia à ela. Já quando se fala sobre qualidade da educação, devemos refletir de qual qualidade se trata, assim, o autor reflete sobre as diversas possibilidades de pensar a qualidade da educação, variando conforme os ideais de quem reflete, isso resulta no processo desvelador das verdades, servindo como um iluminador das tramas sociais.

Não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la. (FREIRE, 2001, p. 24).

O cidadão, sendo o sujeito portador de direitos e deveres, se encontra no mundo, mas nem sempre se reconhece enquanto sujeito histórico social capaz de construir e transformar o mundo em que vive. Nesse sentido a alfabetização se estabelece como ferramenta política capaz de encaminhar esse sujeito para o pleno exercício consciente de sua cidadania.

Para isso, o processo educativo deve ser coletivo, não podendo transferir a responsabilidade de aprender apenas para o sujeito, concentrando toda a responsabilidade do processo nele, bem como não deve ser autoritária, impositora e desorganizada, pois tudo isso irá reduzir a prática educativa para bagunça, reduzindo sua importância e intencionalidade.

Além disso, a alfabetização também necessita acompanhar a realidade dos envolvidos, tornar acessível a eles, eliminando uma perspectiva discriminatória de educação, que desconsidera o conhecimento e o cotidiano popular, deve ir além do

tradicional saber ler e escrever. É sobre construir conhecimento a partir do respeito, do reconhecimento político da educação e da formação da consciência que a educação é um meio para conquistar condições menos excludentes, um instrumento que pode ser usado para lutar contra a dominação e discriminação.

Que a alfabetização tem que ver com a identidade individual e de classe, que ela tem que ver com a formação da cidadania, tem. É preciso, porém, sabermos, primeiro, que ela não é a alavanca de uma tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania –, segundo, é necessário que a tornemos e a façamos como um ato político, jamais como um que fazer neutro. (FREIRE, 2001, p. 30).

Podemos, então, entender que dessa forma a alfabetização deixará de ser um “peso” para os estudantes, deixará de ser um obstáculo para a convivência com os professores que a ensinam. A linguagem antes utilizada somente pela cultura dominante, passa a fazer parte da cultura popular como forma de expressão, de voz, deixando de ser um instrumento repressivo. Está aí a importância do acesso.

A educação libertadora deve coexistir com a educação para a responsabilidade, pois a verdadeira transformação social implica em compromisso e responsabilidade. A educação para a libertação e a educação para a responsabilidade implicam o senso de responsabilidade com a vocação humana, isto é, a humanização em combate à desumanização.

Em outras palavras, a educação que busca a transformação deve ter sentido, responsabilidade e compromisso, isso significa que os sujeitos envolvidos devem ter clareza de sua luta, competência científica e política para saber o que e como fazer, pois, é a partir da consciência e organização que as camadas populares podem se tornar sujeitos de transformação política social.

Por fim, em suas reflexões sobre a escola pública e educação popular, Freire (2001) busca as aproximações entre as duas. Não podemos pensar que a educação é a única chave para a transformação social, trazendo-a como solução de todos os problemas, em contraponto, a visão mecanicista faz com que se acredite que a escola somente pode ser instrumento de luta depois de uma transformação externa à ela, eliminando a consideração da subjetividade existente durante toda a história.

Ao considerar a subjetividade do mundo, a relação entre consciência e mundo, poderemos passar a entender a história como uma possibilidade e não como algo determinado, assim, recusando aquilo que nos é “dado”, homens e mulheres poderão se inserir criticamente no mundo, com poder de reconstruí-lo.

Assim, em direção oposta à ideia da escola pública como reprodutora da ideologia dominante, a escola e a educação mostram outra face: a de se opor a isso, e é aí que entra a tarefa do educador progressista, a de se opor, de criticar e questionar, e não apenas aceitar as coisas como são. É a tarefa de desocultar as verdades.

Freire (2001) pontua que tal tarefa em nossa sociedade é muito difícil, uma vez que o ocultar verdades é interesse das classes dominantes e por isso é tão presente dentro das escolas, é uma tarefa difícil, mas não impossível. Concorde-se com Freire (2001, p. 48) quando ele ressalta que “evidentemente, numa sociedade de classes como a nossa, é muito mais difícil trabalhar em favor da desocultação, que é um nadar contra a correnteza, do que trabalhar ocultando, que é um nadar a favor da correnteza. É difícil, mas possível”.

O educador se aproximar da realidade do aluno para ensinar significa utilizar dos conteúdos para ensinar, mas de uma forma significativa para o aluno. Quando o educador ensina sobre meio ambiente, também é uma oportunidade de denunciar os problemas ambientais existentes. Quando ensina sobre distribuição de renda, pode denunciar em seu ato de ensinar, a desigualdade existente nos países. Quando ensina sobre Arte, pode apresentar a Arte como uma potência do pensamento crítico e reflexivo, durante uma greve pode ensinar sobre os direitos trabalhistas. Quando propõe um ensino democrático, prova aos seus alunos a importância da democracia e de uma gestão democrática.

É fato que esse modo de ensino incomoda aqueles que dominam, mas o educador que possui clareza política e intencionalidade não será intimidado por isso, pois sabe que o seu trabalho implica um ato político, e tudo isso, segundo Freire (2001) é fazer educação popular.

A educação popular é ir contra a correnteza, tratar sujeitos como seres humanos e não como objetos, é ensinar de forma democrática e aproximar os conteúdos das realidades sociais, a fim de superar injustiças sociais, é ter clareza política e científica. É a educação que se aproxima dos alunos e da comunidade, e entende a escola pública como um espaço aberto à comunidade, que permite a troca de conhecimentos e experiências entre todos os sujeitos.

A educação popular reconhece que a prática democrática da escola pública só acontece junto das classes populares, ao contrário das concepções políticas autoritárias que recusam a participação popular nas escolas públicas, mesmo sendo um espaço que deve ser destinado ao público, à comunidade, às classes populares.

Outro ponto importante que o autor destaca é o embate de interesses entre as classes e as desigualdades. Enquanto os ricos constroem viadutos para trafegar e viajar com seus carros, as classes populares anseiam por uma escola pública equipada para atender seus filhos. Não é que a construção de um viaduto não seja importante, mas enquanto isso, as necessidades e direitos das classes populares são deixados de lado, são os interesses dos populares em detrimento aos interesses dos dominantes.

Ainda nos dias de hoje sabemos que muitas escolas públicas não têm materiais didáticos, não têm funcionários e nem mesmo alimentação adequada. A prioridade devia ser que a maioria pudesse comer bem, estudar, ter uma casa, saúde e trabalho.

Um sequer direito dos ricos não pode constituir-se em obstáculo ao exercício dos mínimos direitos das maiorias exploradas. Nenhum direito de que resulta a desumanização das classes populares é moralmente direito. Pode ser até legal, mas é uma ofensa ética. (FREIRE, 2001, p. 51).

A desumanização das classes populares é imoral e cruel, pois resulta na continuidade da exploração dessa classe, a fim de excluí-las de todos os processos sociais e históricos, inclusive das escolas, para que assim vivam de forma alienada, servindo aos interesses daqueles que dominam.

O papel do educador é utilizar dos meios que têm disponíveis, de seu acesso ao conhecimento e informações para libertar essa classe, é importante também lembrar que muitas vezes o próprio educador é oriundo da classe trabalhadora, portanto pode vestir a responsabilidade de utilizar seu papel enquanto educador para a libertação de sua classe. A educação não pode ser entendida como relação de poder, pois tal pensamento já retira toda a essência da verdadeira educação, que é aquela feita com amor e, principalmente, com consciência política.

A educação deve ser entendida como instrumento atuante da realidade a partir do reconhecimento das subjetividades, das necessidades populares e valorização das culturas existentes, visando sempre a construção do educando enquanto ser social e histórico, para que seja capaz de reconhecer a si mesmo e ao mundo em que vive, a fim de participar ativamente na construção do mundo e de sua própria identidade.

É necessário pensar a educação enquanto um ato político e de amor. Portanto, em seguida será apresentado e discutido possíveis interlocuções com as

perspectivas Freire, as quais também defendem a formação de consciência do cidadão e a escola como instrumento de luta e resistência, além de espaço que possibilita e auxilia a transformação social.

### 2.3 POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES COM AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO FREIRIANA

Neto (2009) faz aproximações entre os pensamentos e ideias de Gramsci e Freire acerca da educação, uma vez que os dois autores apresentavam o amor aos oprimidos e acreditavam que a formação da consciência seria a chave para a libertação. Apesar de Gramsci não ter elaborado uma pedagogia em suas obras, seus pensamentos críticos e reflexivos contribuíram para se pensar a pedagogia como uma forma de intervir na sociedade, pois ele traz reflexões da escola e dos processos educativos dentro de uma sociedade capitalista.

Para isso, Gramsci fala sobre sua concepção de ideologia. Para ele, a ideologia seria a concepção de mundo de uma determinada classe, a ideologia dominante seria, então, aquela que vem da classe dominante, a qual dissemina sua ideologia através das artes, da economia e de tudo que faz parte da vida social coletiva. O andar da sociedade seria definido pela ideologia dominante, então, em contrapartida, as classes populares devem construir a crítica à ideologia dominante, para que assim possam superá-la.

Acontece que as classes dominantes não querem tal superação, uma vez que querem se manter no poder e controle e assim cria-se uma hegemonia. O conceito de hegemonia pode ser entendido como a dominação de um povo sobre outro, através de imposições, ou seja, a hegemonia é a dominação de um povo sobre outro por meio de dominação ideológica. A contra-hegemonia seria então a oposição à essa ideologia dominante, seria a cultura que acontece “fora” ou em oposição à ela. Neste sentido, a hegemonia pode também ser entendida como uma relação pedagógica, pois pode acontecer de duas formas: promovendo a passividade diante da dominação ou promovendo a reflexão crítico-pedagógica e a luta político-ideológica.

Desta forma, a escola funciona como reprodutora da ideologia dominante, pois está inserida no contexto histórico em que a classe dominante dissemina sua visão de mundo em todos os meios, inclusive nas escolas. Por outro lado, a escola pode também funcionar no sentido oposto: de auxiliar seus alunos a desvelar as ideologias dominantes, oportunizando espaço para a criação da crítica à tal hegemonia, elaborando, então, nas classes populares um pensamento contra-ideológico.

Freire diz que somos seres políticos e de intervenção, e, portanto, capazes de

desocultar as verdades da classe dominante, capazes de movimentar a história em busca do “ser mais”, devemos reagir à ideologia dominante que busca desumanizar as classes mais populares. Freire salienta, ainda, que a humanização é nossa vocação e por isso a escola pública é espaço que abre grande possibilidade de movimentar a história, de inserir nossa crítica e nosso pensamento contra-hegemônico no interior das escolas e em seu cotidiano, auxiliando as camadas exploradas a desconstruir as ideias dominantes e caminhar para a construção de uma nova visão de mundo, uma nova forma de relações sociais.

É importante lembrar que só a escola sozinha não é capaz de transformar a sociedade, mas pode e deve fazer parte deste processo de desconstrução e transformação, adquirindo uma gestão democrática, construindo uma consciência filosófica e crítica, auxiliando no desenvolvimento das leituras críticas, contextualizando seus conteúdos e incentivando o diálogo.

Em seu livro *Educação e Poder - introdução à pedagogia do conflito* (2003), Gadotti busca apresentar o que ele chama de pedagogia do conflito, considerando esta como sua prática da educação. Tal prática consiste em desocultar e afrontar o conflito existente na prática pedagógica. Através da filosofia da educação, o autor busca aprofundar a compreensão da situação da educação, isso porque a filosofia tem o poder de adentrar a educação a partir do questionamento e afronte das questões acerca da educação. Portanto, a filosofia da educação torna-se também um ato filosófico, uma vez que concilia reflexão e ação.

A dúvida é o tema central de seu trabalho, pois acredita que o ato de duvidar é o passo inicial para a desocultação de verdades. Ele utiliza o termo “dúvida filosófica” conceituando-a como a dúvida que se opõe, que intervêm, a qual supera o estado de alienação. Para ele, a dúvida é um ato de liberdade e de responsabilidade e, portanto, “significa agir como sujeito” (GADOTTI, 2003, p. 17), fazendo então parte do próprio existir humano.

A dúvida é mudança, pois representa a quebra das regras estabelecidas e desnuda o momento em que o sujeito se descobre como “eu”, isto é, o momento em que o sujeito se descobre em sua existência, o momento em que se situa em sua própria história. Dessa forma, a dúvida leva ao controle e condução de si mesmo como sujeito histórico, como sujeito individual e não mais como alienado. Todo esse processo leva à formação de consciência.

O ato de duvidar transmite medo, pois ele remete à libertação, retira o indivíduo de sua zona de conforto e o leva a existir como sujeito, neste sentido, Gadotti (2003) faz uma relação entre o ato de existir e os problemas da educação, sendo esta última uma grande geradora de medos e angústias, uma vez que deve buscar a libertação dos sujeitos.

Toda prática pedagógica deve ser geradora de inquietações, dessa forma, a educação tem dois caminhos: optar pelo conformismo, pela reprodução e pelo tradicionalismo, ou, ao contrário, contrapondo-se à isso optar pela resistência, pela transformação, pela construção do novo. Sendo a dúvida uma ação libertadora, na educação, ela opera como um “distanciamento” do cotidiano pedagógico, permitindo um olhar mais amplo sobre as práticas educativas a partir das questões levantadas, das reflexões, das críticas. Tudo isso colabora para a melhoria dos processos educativos, assim, os conflitos passam a ser vistos como oportunidades para repensar a educação.

Ao criticar a ideia de que a educação e os professores são os únicos responsáveis por resolver os problemas sociais existentes, o autor traz a dúvida como benéfica para a área educacional, no sentido de que diante de tantas cobranças e imposições burocráticas que geram o cansaço e esgotamento docente, a dúvida pode servir como “ferramenta” para a definição de prioridades.

A dúvida orienta para onde está o importante, quem merece em primeiro lugar, atenção, disponibilidade, decisão; o que podemos negligenciar e, inversamente, onde não podemos ceder. (GADOTTI, 2003, p. 19).

A dúvida seria, então, a introdução a uma pedagogia libertadora. Tendo em vista que a escola é controlada por sistemas sociais, políticos e econômicos, educadores e educandos são reduzidos à “personagens” e funções dentro de um sistema opressor, o que reforça a submissão e alienação dos sujeitos, uma vez que estes têm suas subjetividades, ideias e até mesmo direitos desconsiderados, reduzindo-os à marionetes do sistema.

Sendo assim, a luta principal pela transformação é contra um sistema opressor, é a luta pelo homem e por uma sociedade mais humana. Tal luta vai muito além de discursar e de refletir sobre a existência humana, mesmo sendo um passo importante, não é o que nos levará a pensar e principalmente a agir com o que podemos ser, com o que podemos nos transformar. “É preciso também trabalhar, agir e, certamente, educar, isto é, proteger a chama da existência, alimentá-la, dar

aos homens um asilo, um teto que lhes permita tornar-se, aquilo que são”. (GADOTTI, 2003, p. 23).

Gadotti (2003) fala sobre as relações de poder existentes no sistema educacional de forma a denunciar a “filosofia da alienação” que o sistema capitalista busca implantar nas escolas. Para um governo do capital, disciplinas de filosofia e ciências sociais não interessam, porque não estão relacionadas ao capital e também porque são vistas como perigosas, uma vez que a filosofia da alienação, assim chamada pelo autor, consiste no exercício de alienação dos sujeitos. Assim, para um governo do capital, interessa que as escolas sirvam como um braço direito, formando homens e mulheres cada vez mais alienados e que vivam para servir os interesses capitalistas (o ser menos - ser para outros), sem ter uma formação política.

A exclusão da filosofia e das ciências sociais dos sistemas de ensino se dá pela falta de clareza política e resistência de muitos educadores, fato que abre espaço para que os governos tecnocratas taxem essas disciplinas como “pouco úteis” para a formação dos sujeitos. Além disso, de nada adianta a filosofia se esta serve aos interesses dominantes, de nada adianta se fica restrita apenas a um grupo, de nada adianta se serve apenas para contar a história da filosofia.

A filosofia que vem sendo ensinada nas escolas é a filosofia alienante, é aquela que ensina a história a partir dos olhos daqueles que dominam, é aquela que ensina a pensar a partir dos valores e ideais daqueles que dominam. A verdadeira filosofia surge da curiosidade, do questionamento, do encantamento com o mundo, portanto, fazer filosofia é pensar por si próprio. A função social da filosofia é de pensar e refletir sobre problemas reais, comunicando às pessoas reais, caminhar para a reflexão e a práxis.

A filosofia da educação deve se situar na pedagogia e na educação em seus contextos atuais, isto é, é uma filosofia que implica em uma educação da filosofia. Assim, a filosofia da educação acontece quando se aproxima da realidade, quando analisa, questiona. A educação para a filosofia é, portanto, sempre um desafio, já que a dúvida é o primeiro passo para uma filosofia da educação.

Neste sentido, ela deve servir para desafiar, questionar, analisar a realidade, deve deixar o mundo das ideias para se concretizar, isso porque todo o processo de reflexão deve tomar forma, deve se tornar práxis. Se a filosofia da educação fica à sombra do mundo das ideias, ela somente irá criar uma caricatura do homem e do

mundo, irá se distanciar da realidade. A verdadeira libertação dos homens vai além da reflexão, ela deve se tornar prática da liberdade.

A filosofia da educação deve contribuir para indicar possíveis caminhos, para esclarecer, para suscitar o espírito de responsabilidade, de lucidez, de participação na solução dos problemas educacionais que são os nossos, os problemas do nosso tempo. (GADOTTI, 2003, p. 38).

O autor apresenta o conceito de ideologia como sendo um pensamento teórico dotado de uma falsa visão da história, cujo objetivo é ocultar o projeto da classe dominante, em suas dimensões culturais, econômicas e sociais. A partir dessa concepção de ideologia, Gadotti (2003) traz a ocultação como um elemento fundamental para o controle do Estado sobre seu povo, através de distorções, manipulações, da repressão e dominação é que a ocultação se efetiva, e o Estado pode implantar sua ideologia.

Todo esse processo necessita de aparelhos que possam auxiliar, são os chamados por Althusser (1985) de aparelhos ideológicos de Estado, os quais podem realizar a ocultação de forma mais mascarada, tais como a religião, a imprensa, partidos políticos e a escola. Esses meios e instituições funcionam como aparelhos ideológicos não somente quando são controlados pelo Estado, mas também (e principalmente) quando assumem uma postura neutra.

A educação tradicional e dominante ensina a ler e escrever, mas não educa para a compreensão da realidade, da história. O papel de conscientização, anteriormente já refletido por Freire, entra na problematização da realidade, de ir além das aparências, desvendar as ilusões do mundo. Um pensamento interessante apresentado por Gadotti é de que para conscientizar é preciso lutar contra a própria educação, isto é, lutar contra a educação dominante, contra a educação colonizadora. A leitura crítica da educação é necessária para a formação dos estudantes além de suas profissões, mas é necessária para todos os ambientes e meios em que eles possam intervir.

Refletindo sobre o papel do pedagogo hoje, o autor critica as visões tecnicistas e de domesticação que tentam impor à profissão, uma vez que esta deve ser entendida como conscientização e democracia. Para ele, os cursos de pedagogia e as faculdades de educação se mostram passivas diante do sistema, permitindo que este interfira na formação docente. Formação esta que é para obediência, para a passividade.

Dessa forma, o autor “convida” os professores a serem desobedientes e desrespeitosos. Desrespeitosos com a falsa imagem do professor sábio, do mestre que sabe tudo, e desrespeitar as pedagogias tradicionais, as teorias pedagógicas, para que assim se possa pensar e separar o que é certo e o que é errado, o que é bom para a educação e o que não é, o que deve ser mudado e de que forma deve ser mudado. Praticar a educação dessa maneira exige coragem, mas é somente dessa forma que será possível formar pessoas capazes de assumir sua autonomia, que construa uma desobediência intencional e organizada.

A reconstrução da educação brasileira necessita ser pensada lutando contra a educação dominante, já que implica uma luta política, deve implicar também as esferas econômicas e sociais, visto que as raízes dessa educação dominante vêm do interesse econômico. Para se implantar essa educação dominante, foi utilizado o discurso de “escola em favor da sociedade”, alegando que a escola seria capaz de diminuir a desigualdade preparando o aluno para o trabalho, o que resultou na formação de um aluno passivo, adestrado e servidor do sistema.

Tal discurso de transformação da escola a favor da sociedade se configura como apropriação neoliberal, uma vez que mascaram suas reais intenções num discurso que alega libertação e transformação, a fim de implementar sua ideologia, ou seja, é o processo de ocultação. Sendo assim, o pedagogo quando assume o dever de repensar a educação, ele também está repensando a sociedade, portanto deve ter consciência de que sua prática pedagógica é essencialmente política, e a prática que tenta se esconder atrás da “neutralidade” está contribuindo para o fortalecimento de práticas opressoras. Essa prática consciente da pedagogia é a então chamada pelo autor de “pedagogia do conflito”.

A pedagogia do conflito deve ser essencialmente crítica, isso quer dizer que a pedagogia do conflito assume postura política, recusa a neutralidade e se posiciona entre educação e sociedade e educação e poder, portanto, ela evidencia o papel político e ideológico da educação. A educação pode servir como prática da domesticação e, ao contrário, a educação como prática de liberdade, as duas concepções existem na sociedade, mas apenas uma será a dominante, é, portanto, uma relação de poder dentro da educação. Quando essas duas práticas entram em conflito, surge novamente a luta de classes dentro das instituições escolares, sendo um lado representando os interesses da classe dominante, e o outro representando os interesses da classe trabalhadora.

A pedagogia para a domesticação é a pedagogia do colonizador, é a pedagogia dominante, é aquela que forma sujeitos submissos e obedientes, cujo objetivo é a não-participação. A escola tem então servido para que essa prática pedagógica se efetive, para legitimar o poder dominante, o que dificulta ainda a construção de uma sociedade democrática.

A ideia da educação contra a educação pode ser compreendida quando entendemos que a educação é um campo de disputas e conflitos de interesses. Assim, a educação é também um espaço de luta e, portanto, cabe ao educador reassumir sua função crítica (que é histórica) na sociedade e lutar para que a educação se torne um espaço livre. Essa mudança no cenário educacional faz parte de uma luta contínua, que acontece, mesmo que aos poucos, no interior de uma educação conservadora, são brechas encontradas diante da opressão, através do diálogo, da reflexão e ação que irão desconstruir a domesticação no interior das escolas.

É necessária uma pedagogia do conflito, capaz de evidenciar os conflitos e não se intimidar com eles, que seja capaz de ir contra a correnteza, de ter paciência e consciência crítica, pois a transformação é um processo que provém de um esforço. Se viver significa duvidar, se inserir criticamente em determinado espaço é que fará nos sentirmos pertencentes da sociedade em que vivemos, bem como produtores da própria história. A educação contra a educação é, portanto, justamente esse conflito que deve permanecer na educação, pois é este conflito, essa luta que impedem que a educação se transforme num verdadeiro mecanismo de opressão.

É indispensável dar visibilidade para os alunos da classe trabalhadora para que problemas como evasão escolar e oportunidades educacionais, enfrentados por eles, façam parte das pautas da escola pública e haja maior compreensão e luta por parte da equipe e da comunidade escolar, visando a ressignificação da escola pública.

Durante toda a história, a educação para as classes populares foi planejada pensando nas demandas do mercado e não para o conhecimento, a humanização e emancipação, tal fato anula a função social da escola. Em linhas gerais, a função social da escola é propiciar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, afetivas e sociais do sujeito, de forma a inseri-lo socialmente, formando um cidadão consciente, capaz de participar ativamente da sociedade em que vive e que seja

capaz de contribuir para uma sociedade mais justa.

Abrantes (2015, p. 134) cita dentre os objetivos da escola o de “incentivar e trazer motivos para que os alunos reconheçam a importância da apropriação do conhecimento para o desenvolvimento da autonomia da classe a que pertencem”. Assim sendo, a escola tem a tarefa de formar sujeitos livres. Paro (1999) explica que o conceito de sujeito livre ganha outro significado quando atribuído a uma lógica mercantilista, assim, o sujeito livre passa de cidadão ativo, portador de sonhos e vontades para cidadão livre apenas no sentido do direito natural de liberdade, toma o conceito de ser livre numa perspectiva do senso comum.

A escola vista em sua realidade, exerce a tarefa de preparar para o mercado de trabalho, mesmo que de forma implícita, a preocupação com o mercado de trabalho sempre está presente. Assim, a escola pública, mais uma vez, é reduzida como instrumento para o poder econômico. Paro (1999) traz ainda que a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho (tal preparação não é o grande problema, e sim a escola se restringir somente a isso), deixando sua função social de lado, a qual deve visar a emancipação humana, não preparando seus alunos para que sejam capazes de transformar a si mesmos e contribuir com a sociedade a partir do desenvolvimento de sua consciência e do pensamento crítico e reflexivo.

A luta pela educação pública evidencia a busca por uma escola pública que garanta acesso à educação de qualidade para as classes populares. Nessa perspectiva, Abrantes (2015, p. 135) pontua que “para uma parcela significativa da sociedade esse acesso ao ensino sistematizado e à informação acontece somente na instituição escolar”. Traz ainda que a efetivação do acesso ao conhecimento para os filhos da classe trabalhadora é um meio fundamental para sua transformação, tendo a escola pública então como estratégia de transformação social.

A escola pública pode ser a única ponte de acesso ao conhecimento e informação, além de ser um direito de todos. É na escola pública que o cidadão da classe popular tem a possibilidade de se tornar mais ativo na sociedade em que vive, capaz de refletir de forma consciente sobre essa sociedade e, dessa forma, irá caminhar para a transformação de sua própria realidade como sujeito.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE: O QUE AS PESQUISAS REVELAM AO CONCEBER A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE INSERÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?**

Este capítulo apresenta os aspectos metodológicos, bem como o levantamento e seleção de pesquisas já existentes sobre a temática, sua codificação e descrição, a fim de apresentar as principais reflexões e resultados encontrados. Sendo assim, é a concretização da pesquisa, uma vez que irá apresentar o problema geral da mesma.

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Sendo assim, este estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa e como pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos.

#### **3.2 PESQUISA QUALITATIVA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois assume relação direta com o pesquisador e traz as diversidades de contextos sociais. Conforme Flick (2008, p. 20) “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. Além disso, a finalidade desse tipo de pesquisa não busca uma resolução exata, mas a discussão durante o processo. Como explicado por Neves (1996, p. 2)

[...] os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

Flick (2008, p. 23) apresenta aspectos essenciais da pesquisa qualitativa

[...] consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagem e métodos.

A pesquisa qualitativa permite ampliar os olhares sobre determinada temática, pois também aborda aspectos subjetivos da pesquisa, uma vez que se desenvolve diretamente a partir dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, apresenta intenções,

sentimentos e diferentes perspectivas, e, a partir disso, o pesquisador pode concretizar sua impressão e interpretação ao longo de todo o processo. Este tipo de pesquisa trabalha com textos, pois é a partir desses textos que o pesquisador irá relacionar a produção de conhecimento, a coleta dos dados, a interpretação e discussão. (FLICK, 2008).

### 3.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é a pesquisa que irá pesquisar, revisar e levantar outras pesquisas já existentes sobre a temática escolhida. Sendo assim, é o passo inicial para a construção de uma pesquisa, pois irá direcionar o trabalho científico.

É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congresso, teses etc.) E o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final). (MACEDO, 1995, p. 13).

A partir dos estudos de Lima e Mito (2007) podemos compreender que a pesquisa bibliográfica é um método muito utilizado nos trabalhos que apresentam caráter exploratório-descritivo, especialmente em casos em que o objeto de estudo foi pouco explorado, o que torna mais difícil a apresentação de soluções precisas.

Assim, acontece a aproximação do objeto de estudo a partir das fontes bibliográficas e, portanto, a pesquisa bibliográfica proporciona grande alcance de informações, colaborando para a melhor compreensão do objeto em questão, além de permitir a utilização de diversos dados de diversos materiais. É importante lembrar que a pesquisa bibliográfica não acontece de forma aleatória, uma vez que requer cuidados na escolha dos procedimentos metodológicos e de seus encaminhamentos.

### 3.4 APROXIMAÇÕES AO ESTADO DA ARTE DA PESQUISA

O estado da arte é um tipo de pesquisa bibliográfica, pois trata-se do levantamento, análise e avaliação do conhecimento já produzido, visando mapear as produções científicas já existentes sobre determinado assunto, reunindo reflexões e conclusões que outras pesquisas já apresentaram sobre a temática. Como explicado por Romanowski e Ens (2006, p. 41) “esse tipo de pesquisa pode também

estabelecer relações com produções já existentes, identificando temáticas recorrentes e buscando novas perspectivas, além de trazer novas possibilidades de orientações pedagógicas para determinada área”.

Para a realização desta pesquisa foi realizado um levantamento de artigos, teses e dissertações. Inicialmente, definimos um marco temporal dos últimos dez anos, o que seriam publicações do ano de 2012 até o ano de 2022. O marco temporal foi definido com base no ano em que Freire foi nomeado patrono da educação brasileira (2012), ganhando maior visibilidade no país e nas pesquisas, e também em seu centenário, ocorrido em 2021. Portanto, houve muitos congressos, trabalhos e pesquisas acerca dos pensamentos freirianos, estendendo até o ano da atual pesquisa (2022).

Dessa forma, selecionamos as plataformas de pesquisa Portal de Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e, assim, iniciamos a pesquisa pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. No primeiro momento da pesquisa, a busca foi feita da seguinte forma: “Contribuições de Paulo Freire” e foram encontrados 1.421.388 resultados, devido a grande quantidade de resultados foi necessário refinar a busca, utilizando o marco temporal, o que resultou em 807.627 resultados. Refinamos ainda mais, buscando por “Contribuições de Paulo Freire AND escola pública” chegando então em 935 resultados. No Portal Periódicos da CAPES a pesquisa foi feita da mesma forma, buscando por “Contribuições de Paulo Freire AND escola pública” e utilizando o mesmo marco temporal, o que resultou em 66 resultados.

A partir dos resultados encontrados, foram selecionadas algumas teses, dissertações e artigos que traziam contribuições de Freire para a escola pública, selecionando-as a partir do título, da leitura do resumo e das palavras-chave. Foram então selecionadas 8 pesquisas, sendo 4 do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e 4 do Portal Periódicos da CAPES.

Para facilitar a localização, as teses e dissertações foram codificadas, a letra D corresponderá as dissertações, e a letra T irá corresponder as teses, seguidas do ano de defesa e uma letra do alfabeto, conforme mostrado no quadro 1. Os artigos foram organizados da mesma forma, sendo codificados com a letra A, seguido do ano de publicação e uma letra do alfabeto, conforme consta no quadro 2.

**Quadro 1** – Teses e dissertações selecionadas na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

<b>Código</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>D/T</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>
D2015a	2015	Rio Grande do Sul/RS	D	GRELLERT, A. P.	A Educação Popular na escola pública: das situações-limite ao inédito viável.
T2012a	2012	Pernambuco/PE	T	BRAGA, M. M.	Prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo freire para a escola pública.
T2020b	2020	Paraná/PR	T	DEBORTOLI, S. F.	A escola pública da classe trabalhadora: contribuições de Miguel González Arroyo, Paulo Freire e Roseli Salete Caldart.
D2017b	2017	Ceará/CE	D	COSTA, R. E.	Pedagogia do oprimido: interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória.

Fonte: organizado pela autora.

**Quadro 2** – Artigos selecionados na plataforma Periódicos da CAPES.

<b>Código</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>
A2018a	2018	OLIVEIRA, I. A.; SANTOS, T. R. L.	Educação e emancipação: Paulo Freire e a escola pública na América Latina.
A2020b	2020	LIMA, L. C.; PAVAN, R.	A centralidade de Paulo Freire para uma Educação pública, democrática e participativa: entrevista com Licínio C. Lima <sup>1</sup> .
A2021c	2021	BARROS, M. L.; SOUZA, M. I. M.	Por uma escola democrática: contribuições de Paulo Freire.
A2022d	2022	SOUSA, F. R.; VASCONCELOS, V. O.	Paulo Freire e Educação Popular: praxis descolonizadoras em tempos neoconservadores.

Fonte: organizado pela autora.

### 3.5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

Após a seleção dos artigos, teses e dissertações, as principais reflexões foram apresentadas, bem como os principais resultados. Para apresentar as principais reflexões e resultados foi utilizado a pesquisa descritiva, a qual consiste em descrever determinada realidade, agindo como um desenho daquilo que se pretende estudar.

Pode ampliar-se para o estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis ou, ainda, para a definição de natureza de tais correlações. Não tem, contudo, o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação. (VERGARA; GIL, 1990, p. 5).

### 3.6 O QUE DIZEM OS ARTIGOS?

A descrição das pesquisas iniciou-se pelos artigos, a fim de facilitar a localização e compreensão. Os mesmos foram citados conforme os códigos apresentados no quadro 2, seguido do título e nome dos autores.

A2018a – “Educação e emancipação: Paulo Freire e a escola pública na América Latina” (OLIVEIRA; SANTOS, 2018). O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é analisar a contribuição de Freire para uma educação emancipadora, a partir da construção de uma escola pública na América Latina. Assim, é considerado que Freire, ao criticar o ensino tradicional e a concepção bancária da educação, abre espaço para a necessidade de reinventar a escola pública, tornando-se referencial para a ressignificação da escola pública para as classes populares.

Sendo a escola pública voltada para as classes populares, esta já assume cunho político em sua organização e sua prática, favorecendo a inclusão e superando o sistema meritocrático e competitivo, para que assim seja possível pensar a escola pública como um espaço solidário e de diversidade, que vise à equidade social.

As críticas de Freire à educação bancária e à exclusão das classes populares das escolas, levaram-no a refletir sobre a necessidade uma nova escola, uma vez que a escola, mesmo sendo pública, agiria como negação ao direito à educação:

seja na evasão escolar (chamada por ele de expulsão) ou pela existência do analfabetismo. Freire criticava, então, a ação antidemocrática das escolas, pois estas, segundo ele, estariam distantes dos contextos sociais e históricos de seus alunos.

A construção de uma escola pública popular refere-se a uma escola para as classes populares, que permita os sujeitos a participarem da construção do conhecimento, bem como na construção da escola, em toda sua dimensão pedagógica. Apesar do direito à uma educação libertadora e que respeite o indivíduo e as diversidades continue sendo negado, a autora defende que, enquanto existirem homens e mulheres que acreditem na libertação e transformação dos indivíduos oprimidos, pautadas em Freire, seu legado educacional irá permanecer.

A2020b – “A centralidade de Paulo Freire para uma Educação pública, democrática e participativa: entrevista com Licínio C. Lima<sup>1</sup>.” (LIMA; PAVAN, 2020). Trata-se de uma entrevista com Licínio Lima, o qual é um professor e pesquisador do Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Portugal e dedica seus estudos acerca das obras e pensamentos de Freire. A entrevista busca apontar e discutir as contribuições do autor para a educação, em especial para a autonomia das escolas, gestão democrática e formação de professores. (LIMA; PAVAN, 2020). A entrevista foi realizada presencialmente, gravada e depois transcrita.

O professor inicia dizendo que apesar de ter estudado sobre Freire durante sua graduação, nas correntes de pedagogia, os estudos sobre o mesmo baseavam-se somente em partes de Pedagogia do Oprimido e outras obras, portanto, era um conhecimento muito genérico. Após estudar mais profundamente outras obras de Freire, o professor relata que sua visão sobre o autor ficou mais ampla, uma vez que descobriu que os pensamentos freirianos iam além da educação de jovens e adultos e da alfabetização.

Assim, passou a dedicar seus estudos para a gestão educacional democrática e políticas educacionais, pautadas em Freire. Enfatiza, então, que Freire, em suas obras, sempre tem algo a dizer, sobre toda essa diversidade de temáticas envolvendo a área educacional.

Lima (2020) defende a atualização do pensamento freiriano, isto é, resgatar esses pensamentos, ressignificando-os ao contexto atual, resgatando as contribuições de Freire e de que forma poderiam ser pensadas e utilizadas no mundo atual. “O que aprendemos com Paulo Freire que pode nos servir para

ressignificar a educação atual? Quais as pistas e possíveis caminhos?”. (LIMA; PAVAN, 2020, p. 9). Freire permite que suas obras possam ser discutidas e dialogadas com a contemporaneidade, uma vez que sua obra tem a capacidade de criar indagações, inquietações.

Lima (2020) enfatiza, ainda, o fato de Freire nunca ter desistido da escola pública, pois sempre deixou claro a sua fé na existência de uma escola pública de qualidade, voltada para as classes populares, e a aproximação entre a educação formal e não formal a favor das comunidades.

Freire critica o modelo tradicionalista e burguês da escola atual e, em contrapartida, defende a ressignificação da escola e acredita na mudança da escola pública. Defende ainda que, o que podemos aprender com Freire, é a democratização da escola pública, da organização escolar, da ação pedagógica, da educação, e como isso seria o caminho para que a escola pública possa ser mudada a fim de servir e incluir a classe popular. “[...] A mudança da política educativa, da política escolar, da própria estrutura e organização escolar, como elemento central de uma política”. (LIMA, 2020, p. 11).

Em tempos que o tecnicismo é pauta de políticas educacionais, a competição e meritocracia são legitimadas nas escolas públicas. É essencial que os pensamentos freirianos estejam presentes, como resistência a um sistema que busca excluir e reproduzir desigualdades. Freire não só critica esse sistema elitista e de exclusão, como também traz alternativas de combate e resistência, tais como maior autonomia para as escolas, num projeto político pedagógico que permita a escola, a comunidade, os alunos, professores e familiares a se apropriarem desse processo do qual participam.

A formação de professores também está sendo mudada, reduzindo a profissão docente à uma técnica, uma instrumentalização. Assim, o professor atual é obrigado a legitimar competições e a sobreviver num meio competitivo, isso porque o ranqueamento entre escolas e a amostra de resultados se faz cada vez mais presente no cenário educacional. Dessa forma, a competição, a meritocracia, a amostra de resultados são as pautas mais fortemente discutidas no âmbito educacional, deixando de lado as discussões acerca de uma gestão democrática nas escolas, assim, a aproximação entre escola e democracia se faz cada vez mais distante. Tudo isso, segundo Lima (2020) influencia na formação de professores,

uma vez que tais perspectivas meritocráticas dificultam uma formação mais crítica e reflexiva.

O professor Lima (2020) também traz importantes reflexões sobre os pensamentos de Freire sobre a apropriação neoliberal, isto é, Freire já previa os possíveis danos de uma apropriação neoliberal dentro da educação, a qual resultaria em toda essa bagunça que se encontra a educação atual. Ao defender uma escola pública, popular e democrática, automaticamente Freire se posiciona contra uma educação na perspectiva mercantilista, competitiva, gerencialista. Conclui sua fala dizendo que a participação e a autonomia são as chaves para a conquista de uma escola pública democrática, no sentido de que os professores devem ter poder de decisão, liberdade de criar e construir.

Freire define, ainda, a situação atual dos professores como sendo uma “pedagogia aprisionada”, pois esses professores se encontram “engessados” por diversos mecanismos: pela direção escolar, órgãos de administração central, por medos, por inseguranças e por ordens. Somente um professor capaz de pensar, de refletir, de lutar e criar poderá pensar de forma crítica sobre o embate entre as culturas dominantes e levar isso para sala e aula. Pelo fato de Freire se posicionar totalmente contra a ideologias que perpetuam no cenário atual, percebemos que praticar Freire nos dias atuais é tão difícil ao mesmo tempo em que necessário. É, portanto, sinal de resistência, é ato político e de amor.

A2021c – “Por uma escola democrática: contribuições de Paulo Freire” (BARROS; SOUZA, 2021). O artigo busca homenagear e valorizar os pensamentos freirianos devido ao centenário de Freire. Assim, busca tratar das contribuições do autor para a educação, em especial para as políticas públicas desenvolvidas e concretizadas por ele enquanto Secretário de Educação na cidade de São Paulo.

Trata-se, então, de uma pesquisa bibliográfica e documental. Dessa forma, a pesquisa traz como contribuições de Freire para a escola pública as próprias políticas educacionais criadas e propostas por ele enquanto Secretário de Educação, especialmente para a gestão educacional.

Ao tratar de políticas educacionais, Freire sempre traz a proposta de um modelo democrático, participativo, com autonomia e transparência. Acreditava em uma escola voltada para a formação social crítica e uma sociedade democrática, e encarou o cargo na SME (Secretaria Municipal de Educação) como uma oportunidade para mudar a escola pública. Portanto, “seu objetivo era a formação de

uma política educacional que garantisse uma escola pública de qualidade”. (BARROS; SOUZA, 2021, p. 87).

Freire visava a existência de uma escola pública que permitisse a todos os atores envolvidos nesse processo escolar o sentimento de pertencimento. Para isso, conforme proposto por ele, é necessário que haja a descentralização do poder do Estado, a fim de que as escolas e os sujeitos envolvidos possam exercer sua autonomia, defendendo a ideia de que a centralização de poder desfavorece a vivência democrática. Isto não significa que o Estado deva se ausentar de suas responsabilidades com as escolas públicas, pois deve garantir a boa estrutura dos espaços físicos e suprir todas as necessidades das escolas, de acordo com seus contextos.

Dentre as propostas para que isso fosse efetivado, Freire trazia a construção de espaços para formação continuada, planejamento das atividades docentes e a criação de fóruns com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Assim, defende a escola pública como espaço de educação popular, uma vez que defende a democratização do acesso e o aumento de investimentos estatais para as escolas públicas. Como possível solução e/ou auxílio para problemas como evasão escolar, repetências, conservadorismo e impossibilidade de acesso, Freire propõe maior participação da comunidade escolar nas instâncias decisórias.

Por fim, esta pesquisa reforça a evidente defesa de Freire de que a educação é um ato político e, portanto, um ato democrático, a sua luta pelos oprimidos e a necessidade da ressignificação da escola pública para resistência aos mecanismos de opressão e a difusão da ideologia dominante.

A autora defende a ideia de que todo esse movimento de libertação e superação da ideologia dominante, nas escolas, deve partir do educador, sendo necessário que o educador reconheça sua prática como política e, por isso, recuse a neutralidade, assumindo um compromisso com a justiça social, com a consciência de como se dá a educação e para quem se dá (principalmente nas escolas públicas). Defende ainda que a democratização da escola pública, pautada nas ideias de Freire, só é possível quando realizada em diferentes instâncias: composição curricular, políticas educacionais e administração central como apoio e suporte para as instituições, superando a ideia de agente fiscalizador.

A2022d – “Paulo Freire e educação popular: práxis descolonizadoras em tempos neoconservadores” (SOUZA; VASCONCELOS, 2022). O artigo busca

contribuirão homenagear Freire pelo seu centenário, utilizando de seus pensamentos diante da educação popular e práticas descolonizadoras na educação, a fim de combater práticas neoconservadoras, que cada vez mais vêm se instalando no cenário educacional.

Pautando-se na obra *Pedagogia do Oprimido*, Sousa e Vasconcelos (2022) resgatam o pensamento de Freire sobre a ação antidialógica, a qual elimina o diálogo e o respeito das relações sociais, resultando no afastamento dos indivíduos e divisão da população pelo embate de ideologias. Nesta perspectiva, as autoras trazem a importância do reconhecimento do "nós" no lugar de "apenas eu", a partir do reconhecimento de nós como sendo sujeitos de nossa própria história, poderemos então aprender em comunhão, mediatizados pelo mundo, conforme já anteriormente dito pelo autor.

Dessa forma, resgatam os impactos da colonização e recolonização que nosso país e a região latino-americana vêm sendo submetidos. Ancoradas pelas obras de Freire, trazem sinal de esperança e comprometimento com a luta pela educação das classes populares. Trazem, ainda, a indignação e a revolta como instrumentos que fortalecem essa luta.

Freire, apesar de não utilizar o termo "colonialismo", apresenta claramente a ideia de que a colonização não acabou com o fim do período colonial. Ele então alertava que "através de transformações sociais, a sociedade podia sofrer com o regresso, o que evidencia a atualidade de sua obra". (SOUSA; VASCONCELOS, 2022, p. 9).

As autoras trazem, além disso, que uma sociedade antidemocrática é também uma sociedade fechada, pois busca a manutenção das coisas como são, isto é, busca manter privilégios de uma minoria em detrimento dos direitos de outros. Portanto, a formação de consciência é indispensável, mas necessita estar acompanhada da práxis, a qual irá permitir não só a reflexão da realidade, mas também sua produção.

A concepção educativa freiriana ancora-se, portanto, em uma intencionalidade política dialética que tanto denuncia o fatalismo diante das formas de opressão percebidas, como anuncia inéditos viáveis, isto é, possibilidades concretas de transformação da realidade. Para tanto, faz-se necessário conhecer os níveis de transição de consciência em que se encontram os/as educandos/as. (SOUSA; VASCONCELOS, 2022, p. 10).

Sendo assim, as autoras concluem que a práxis descolonizadora deve partir dos educadores, a fim de "recriar o legado freiriano" (SOUSA; VASCONCELOS, 2022), a partir de práticas educativas que respeitem o conhecimento popular e permitam que essas classes façam parte do processo de ensino, uma vez que também são sujeitos criadores da realidade. Além disso, trazem a necessidade de repensar a formação docente na perspectiva descolonizadora, no ensino superior. Finaliza, então, com alguns exemplos de projetos extensionistas e de pesquisa vivenciados pelas autoras que contribuem com essa perspectiva.

### 3.7 O QUE DIZEM AS TESES E DISSERTAÇÕES?

Para a descrição das teses e dissertações foi realizada a mesma estratégia feita para a descrição dos artigos, utilizando o código conforme quadro 1, seguido do título da pesquisa e o nome dos autores. A descrição iniciou pelas dissertações, e depois as teses.

D2015a – “A Educação Popular na escola pública: das situações-limite ao inédito viável” (GRELLERT, 2015). É uma pesquisa bibliográfica que a partir dos estudos sobre Freire e sua trajetória, busca discutir a viabilidade de concretização da educação popular na escola pública. Assim, aborda sobre a concepção de educação popular dos anos 1960 até os dias atuais, além de abordar sobre como a educação popular foi se constituindo ao longo dos anos, pautando-se no mesmo autor.

O conceito de educação popular ganhou mais força a partir dos estudos de Freire, uma vez que o autor contribuiu ao acrescentar intencionalidade política e pedagógica à educação popular. Propondo uma educação democrática, Freire nos diz que o caminho para uma educação democrática é o diálogo, pois este poderá nos levar a conscientização. O diálogo, a reflexão crítica e a ação política (práxis) são os meios para alcançar uma sociedade realmente democrática. Portanto, é na relação com a prática que a educação pode se tornar instrumento para a transformação.

A formação de consciência só é possível quando feita com práxis, pois fora da práxis torna-se o que Freire chamou de “posição ingênua”, a qual diz respeito somente ao contato do homem com o mundo, mas sem refletir sobre ele. Dessa forma, o processo de conscientização está também ligado ao processo de

humanização, pois a transformação social só poderá ser concretizada na medida em que se utiliza a práxis para se conhecer o que já existe, ou seja, aprofundando o conhecimento ao mesmo tempo em que o constrói e constrói a realidade.

A autora demonstra preocupação em trazer a escola pública como espaço popular, ou seja, que pode se dar a educação popular pautada em Freire, assim, argumenta que para isso o embate se faz necessário, bem como “fomentar o diálogo sobre a educação popular na escola pública”. (GRELLERT, 2015, p. 80).

Além disso, à luz dos pensamentos freirianos, diz que na sociedade existem muitos espaços que podem auxiliar no atendimento às demandas das classes populares, sendo a escola pública um deles, e por isso, deve ser ressignificada de forma que seja preenchida pelo e para o povo. Defende ainda que a escola pública deve ser permanentemente disputada, uma vez que se encontra imersa e controlada pela ideologia dominante.

A educação popular na escola pública permite um sentido mais amplo de educação, uma concepção mais inclusiva e libertadora, que nos leva a assumir um compromisso social com o outro e com a sociedade. A pedagogia do inédito viável nos leva a refletir sobre a realidade como possibilidade, ou seja, está sendo e pode ser transformada, uma vez que é inconclusa. Assim, a superação das situações-limite nos leva ao inédito viável, quando compreendemos que a realidade pode e deve ser transformada, e que nós, como sujeitos históricos, temos essa possibilidade e capacidade de transformação.

A autora conclui que a desmistificação das situações limite que impedem a inserção da educação popular na escola pública é possível, uma vez que Freire anteriormente já falava sobre a superação através do diálogo, da práxis e da formação de consciência. Assim, a superação de um modelo mercantilista de escola é necessária para que a educação popular possa adentrar as escolas públicas, superando a partir da pedagogia do inédito viável, a qual parte de um sonho, de uma vontade e, após refletida, passa a ser entendida não mais como sonho, mas como uma possibilidade.

D2017b – “Pedagogia do oprimido: interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória” (COSTA, 2017). A dissertação é pautada em uma das principais obras de Freire, Pedagogia do Oprimido, e com isso busca acrescentar nas discussões sobre educação popular, sociedade de classes e a educação bancária, consequência da sociedade de classes. A partir dos estudos e reflexões, a autora

busca apresentar conceitos importantes dos pensamentos freirianos, com o objetivo de contribuir para a implementação de novas práticas educativas e libertárias, em especial no Estado do Ceará.

A autora enfatiza que Freire sempre voltou sua pedagogia aos oprimidos e marginalizados pela sociedade, trazendo como solução a libertação e emancipação desses sujeitos. Assim, demonstra grande preocupação com os problemas sociais. O autor defendia uma educação dialógica, fundamentada no respeito ao próximo e à diversidade existente, assim caminhando para a possível humanização dos oprimidos.

Dessa forma, conclui que a educação libertadora sob a ótica freiriana defende a formação da consciência aliada com práticas educativas, para que seja possível iniciar o processo de emancipação humana, assumindo uma posição claramente a favor de uma educação crítica, que possa contribuir para a libertação dos sujeitos oprimidos. Portanto é a "dimensão prática da educação que modifica a realidade".

Por fim, Costa (2017) busca resgatar os pensamentos freirianos em vistas à uma sociedade opressora que enfatiza o caráter reprodutor de desigualdades da escola, para que os pensamentos freirianos sejam lembrados e assim outra concepção de educação possa vir a surgir, uma educação libertadora e que seja capaz de auxiliar na libertação das opressões sociais, podendo de fato servir ao povo. Defende ainda que a obra *Pedagogia do Oprimido* traz grandes contribuições pedagógicas para qualquer sujeito que acredite na transformação social e emancipação humana.

T2012a – “Prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo Freire para a escola pública” (BRAGA, 2012). A tese apresenta como objeto de estudo a prática docente-discente que tenha como principal objetivo a humanização dos sujeitos, tendo como norte as contribuições de Freire e suas perspectivas acerca da humanização no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa traz a questão da escola pública, e sobre como essa escola, teoricamente construída para o povo, poderia corresponder aos seus interesses.

Pensando a humanização na perspectiva de Freire, a autora busca aprofundar a compreensão acerca da prática pedagógica docente-discente e sua relação humanizadora nas escolas públicas. Dessa forma, investigou uma escola pública de Ipueiras, no Ceará, a fim de encontrar traços da humanização sob a

perspectiva freiriana nas práticas docentes-discentes. Devido a atualidade e relevância dos pensamentos de Freire para a educação, Braga (2012) resgata os pensamentos do autor e defende um currículo que contenha pressupostos de humanização.

A escolha da escola para a realização da pesquisa foi feita a partir da implementação de novas políticas do Município, as quais trouxeram a educação como direito e ação coletiva, permitindo interlocuções e diálogos com as perspectivas freirianas. Dessa forma, traz como objetivo geral da pesquisa "compreender as ações e relações que expressam os elementos constituidores da dimensão humanizadora da pedagogia de Paulo Freire na prática pedagógica docente-discente". (BRAGA, 2012, p. 194).

A autora finaliza concluindo que dentre os pensamentos de Freire é possível encontrar elementos que constituem a experiência de uma prática docente comprometida com a humanização de seus alunos, o que confirma a tese proposta pela pesquisa.

T2020b – “A escola pública da classe trabalhadora: contribuições de Miguel González Arroyo, Paulo Freire e Roseli Salete Caldart” (DEBORTOLI, 2020). A tese é uma pesquisa bibliográfica e traz análise documental, tendo como pergunta central quais são as contribuições de Miguel Gonzalez Arroyo, Paulo Freire e Roseli Salete Caldart para a escola pública da classe trabalhadora?

Acreditando ser possível a transformação da escola pública, a autora busca compreender e refletir sobre a concepção de educação e escola pública da classe trabalhadora trazida por esses autores. Como a pesquisa em questão busca tratar especificamente sobre as contribuições de Freire, foi decidido localizar as contribuições do mesmo que a autora traz e que possam contribuir com a pesquisa.

A autora compreende Freire como um educador comprometido com a luta e transformação social. Assim, traz a importância de que todos aqueles envolvidos na escola pensem de forma coletiva, eliminando o “individualismo pedagógico” (DEBORTOLI, 2020, p. 34), caminhando para concretizar a ideia de igualdade, de colaboração, de coletividade. A manutenção de uma escola voltada para o mercado de trabalho, é uma escola que serve aos interesses da classe dominante, contrapondo-se à uma escola que é feita para as classes populares.

Ainda falando sobre Freire, a autora faz um adendo para que o autor não seja escolarizado, pois suas ideias transcendem a sala de aula e a escola, uma vez que

sua preocupação sempre foi voltada aos chamados por ele de oprimidos, as injustiças sociais e a necessidade da humanização dos sujeitos. Portanto, é compreensível que Freire seja fortemente atacado pelas elites, já que para eles não lhes interessa modificar um mundo e um sistema que os favorece tanto, pois para Freire, a educação é um processo para a libertação.

Segundo a autora, unir política e educação foi seu grande marco e, apesar de Freire não tratar diretamente sobre a escola pública, fica evidente que a escola pública é “um dos lugares de formação da classe trabalhadora”. (DEBORTOLI, 2020, p. 43).

Para situar a escola pública como espaço de formação humana, Freire nos traz a importância da humildade e do respeito ao próximo, para que a educação possa ser voltada a todos, e que seja compreendido que todos podem e devem aprender, situando-se no mundo em que vivem.

## 4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise das pesquisas selecionadas foi realizada a partir do método da Análise de Conteúdo (AC), desenvolvido por Bardin (1977), e definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. (BARDIN, 1977, p. 31). A autora propõe algumas etapas para o processo de análise, são elas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados; inferência e interpretação.

Inicialmente, as pesquisas selecionadas foram codificadas a fim de serem identificadas como sendo artigo, tese ou dissertação, bem como facilitar a leitura e localização das pesquisas. A codificação das pesquisas se encontra nos quadros 1 e 2, e a descrição e análise dos artigos, teses e dissertações encontram-se no subitem 3.6, 3.7 e 3.8. Feito isso, foi realizado o processo de categorização e subcategorização das pesquisas de acordo com as contribuições que trazem de Freire para conceber a educação como fator de inserção e transformação social.

Foi necessário delimitar os meios para realizar a categorização. Assim, foram considerados os seguintes aspectos: objetivo geral da pesquisa, principais discussões e principais resultados. Fazendo isso, surgiram três categorias, sendo elas: 1. Contribuições de Paulo Freire para as políticas educacionais; 2. Contribuições de Paulo Freire para a escola pública; 3. Contribuições de Paulo Freire para prática docente. As categorias foram organizadas do macro para o micro (da maior dimensão para a menor). A categorização será descrita a seguir.

### 4.1 CATEGORIA 1: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Nesta categoria foram categorizados os trabalhos que trazem contribuições de Freire para as políticas educacionais, sob uma perspectiva de reflexão e necessidade de novas políticas. Os trabalhos aqui selecionados são dois artigos e uma dissertação, codificados como A2020b; A2021c e D2017b, conforme consta no quadro a seguir. A descrição dos trabalhos aqui categorizados foi mostrada na sequência.

**Quadro 3** – Categoria 1 e códigos dos trabalhos.

<b>Categoria 1</b>	<b>Código dos trabalhos</b>
Contribuições para as políticas educacionais.	A2020b; A2021c; D2017b.

Fonte: organizado pela autora.

A pesquisa A2020b, intitulada “A centralidade de Paulo Freire para uma Educação pública, democrática e participativa: entrevista com Licínio C. Lima” é uma entrevista que busca trazer as contribuições de Freire para a gestão democrática, autonomia das escolas e formação de professores, a partir dos estudos do professor Licínio C. Lima acerca das obras do autor referido.

Dessa forma, o professor traz reflexões sobre o movimento reformista que busca reformar o cenário educacional a partir da perspectiva tecnicista e gerencialista, que acabam por “engessar” o trabalho docente e a gestão democrática nas escolas. Sendo assim, o professor traz como alternativas, pautadas em Freire, a “[...] definição de um projeto político-pedagógico na escola, participando, com certa autonomia, em tensão com as próprias diretrizes nacionais, estaduais, municipais” (LIMA, 2020, p. 11), proporcionando maior autonomia às escolas, não no sentido de que a escola deve trabalhar sozinha, mas que deve haver uma apropriação cultural e organizacional por aqueles que fazem e participam da escola.

Devido às reformas cada vez mais recorrentes no cenário educacional sob uma perspectiva gerencialista, a gestão democrática ficou de lado, deixou de ser discutida. A democracia na escola não é mais vista como pauta importante e necessária, dando espaço para que a competição, o ranqueamento, os resultados, a pressão sobre os currículos e a participação das iniciativas privadas invadam as escolas públicas.

Neste sentido, até mesmo concepções progressistas, tal como a autonomia, tem sido ressignificadas para uso da ideologia mercantil, quer dizer, a concepção de autonomia utilizada pelos discursos da ideologia dominante não é uma autonomia política, é uma autonomia técnico-instrumental (LIMA, 2020, p. 14), é uma autonomia utilizada para continuar controlando as escolas, recursos e tempo. O exemplo dado sobre as avaliações externas, as quais são feitas por instituições ou sujeitos externos à escola, que consistem em avaliar o desempenho da escola em questão, que geram grande preocupação e insegurança nos professores, direção e coordenação pedagógica, na verdade pode ser repensada como uma avaliação do próprio poder central, pois este não deve desviar ou transferir suas responsabilidades para as escolas, alegando maior “autonomia” para elas.

Neste sentido, o autor resgata que os pensamentos freirianos já vinham alertando sobre todo esse processo reformista nas escolas, pois ele já tinha previsto

o “perigo de uma apropriação neoliberal, mercantil, da autonomia e é crítico relativamente à isso”. (LIMA, 2020, p. 15). Para a superação de toda essa política neoliberal que vem ganhando forma e espaço nas escolas, o professor Lima (2020), pautando-se nas ideias de Freire, diz que a participação e a autonomia são o único caminho possível para a democratização da escola.

Para que isso aconteça é necessário que os professores estejam articulados com uma pedagogia crítica e libertadora, mas só será possível a partir de um projeto político pedagógico realmente político e debatido, políticas educacionais que sejam capazes de superar esse “engessamento” das práticas docentes, das escolas, da coordenação, direção e comunidade. A partir da concepção de autonomia de Freire é que poderá ser possível a implementação de uma pedagogia participativa, no sentido de reinventar o cenário educacional, uma vez que participar não é somente estar no meio e concordar, mas ter a coragem de reinventar e questionar tudo o que foi imposto.

A pesquisa A2021c, intitulada “Por uma escola democrática: contribuições de Paulo Freire” busca trazer as contribuições do autor a partir das políticas públicas criadas por ele enquanto Secretário de Educação de São Paulo, considerando essencial suas políticas pautadas em democracia, autonomia e descentralização para qualquer educador comprometido com a justiça social.

Entrando para a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, Freire viu essa oportunidade como uma chance de ressignificar a escola pública a partir de políticas educacionais, construindo uma escola voltada para a democracia. Seu projeto político visava a participação de todos os envolvidos na Secretaria de Educação, sem imposição e com abertura para reflexões e diálogos, suas políticas assumiram compromisso com a participação da comunidade escolar, com a autonomia das instituições e com a transparência durante os processos. “Por participação entende-se que a decisão sobre os rumos da escola passa por toda a comunidade, incluindo estudantes e seus responsáveis”. (BARROS; SOUZA, 2021, p. 87).

Tal processo de participação compreendia até mesmo a escolha dos conteúdos programáticos. Isso significa que os conteúdos deveriam surgir a partir do diálogo entre educadores e comunidade escolar, que iriam definir quais as necessidades e interesses da comunidade, fazendo com que os conteúdos fossem próximos da realidade.

Além disso, Freire defendeu a descentralização de poder do Estado, pois em seu entendimento o poder centralizado não condiz com a democracia. Para efetivar a participação em sua política educacional, Freire buscou a construção de espaços de formação continuada e de planejamento das atividades docentes, além da criação de fóruns com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (professores, alunos, famílias e funcionários).

Em busca de uma escola pública democrática, ele se aproximou das escolas, conversou pessoalmente, buscou parcerias com universidades. O diagnóstico das escolas proposto por ele implicava na estrutura física das escolas e problema internos, tais como evasão escolar, impossibilidade de acesso, repetência e os tipos de processos pedagógicos aplicados. Para ele, a solução seria maior participação da comunidade escolar nas instâncias decisórias.

Freire contava, também, com a criação de colegiados que auxiliassem na tomada de decisões e discussões sobre a educação, a fim de ajudar na concretização da descentralização do poder e na construção de uma gestão democrática. Realizou, ainda, um projeto interdisciplinar, o qual foi apresentado às escolas como uma proposta para a ação pedagógica. O projeto tinha o intuito de “promover o aperfeiçoamento curricular”. (BARROS; SOUZA, 2021, p. 90).

A pesquisa D2017b, intitulada “Pedagogia do Oprimido: interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória”, aborda as denúncias de Freire sobre uma sociedade de relações sociais predominantes. Tal sociedade está em constante transformação a partir de “determinantes históricos, econômicos, sociais e políticos”. (COSTA, 2017, p. 49).

Sendo a política o fator que compõe e norteia as relações sociais, pode-se dizer que a política aplicada é que irá determinar as relações sociais, bem como o processo de desumanização e de humanização, em combate à primeira. Portanto, a clareza política é indispensável para a transformação social. Mais uma vez, evidencia a necessidade de participação das classes populares nas políticas educacionais, uma vez que “os espaços educativos são ocupados por diferentes interesses presentes nas relações sociais”. (COSTA, 2017, p. 50), ou seja, a transformação da consciência só poderá ocorrer por uma ação coletiva das classes populares, pela práxis.

A própria educação bancária condiz com uma sociedade opressora, e pode configurar-se como um mecanismo de opressão, para a manutenção da relação

oprimidos X opressores. Para Freire, a educação não pode estar desvinculada da realidade e da possibilidade de transformação, uma das marcas de suas obras é a recusa da neutralidade. Sendo assim, é necessário que as políticas educacionais também estejam vinculadas às políticas sociais, visando o bem estar de todo ser humano, a sua inserção social e possibilidade de emancipação.

#### 4.2 CATEGORIA 2: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCOLA PÚBLICA

Foram categorizadas as pesquisas que trouxeram contribuições de Freire acerca da escola pública. Das oito pesquisas analisadas, nesta categoria foram selecionadas três, sendo um artigo, uma tese e uma dissertação, codificadas como A2018a; T2020b e D2015a, respectivamente. Para facilitar a localização e visualização, esse movimento foi exemplificado no quadro a seguir, em sequência os trabalhos categorizados foram descritos.

**Quadro 4** – Categoria 2 e códigos dos trabalhos.

<b>Categoria 2</b>	<b>Código dos trabalhos</b>
Contribuições para a escola pública.	A2018a; T2020b; D2015a.

Fonte: organizado pela autora.

A pesquisa A2018a, intitulada “Educação e emancipação: Paulo Freire e a escola pública na América Latina”, traz contribuições de Freire para a resignificação da escola pública, para a implementação de uma nova escola pública, pautada em um ensino crítico e libertador. As críticas de Freire para o ensino vigente e tradicional ocorreram a partir de sua observação e consequente indignação que emergiram ao constatar o déficit das escolas públicas ao atender os interesses e necessidades das classes populares.

Além disso, o uso da alienação e da chamada educação bancária são constantes nas escolas, para que a visão de mundo e cultura das classes dominantes se mantenham no poder, disseminadas pelas escolas mesmo que de forma mascarada. Suas críticas abrem a possibilidade de repensar a escola pública sob uma nova perspectiva, mais humanizada (humanização) e crítica, que considera seus educandos como sujeitos históricos, com potencial de transformação e conscientes de seus papéis sociais.

Para Freire, a necessidade de mudar a escola se dá na superação do modelo tradicional e vigente, isto é, superar a competitividade, a meritocracia, o modelo gerencialista de educação por um modelo mais solidário, participativo, que considere as diversidades existentes e as necessidades de seus educandos. Assim, os conteúdos programáticos seriam organizados de acordo com a realidade social dos envolvidos.

A escola na visão de Paulo Freire, então, envolve a participação e a criatividade dos educandos, na vida cotidiana escolar, como sujeitos de conhecimento. O educando é visto como sujeito do seu processo pedagógico e, por conseguinte, construtor de conhecimento. (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 129).

As autoras trazem ainda como contribuições de Freire para as escolas públicas da América Latina sua elaboração de uma pedagogia libertadora, a qual denuncia e instiga reflexões sobre injustiças sociais, uma vez que é uma região marcada por “práticas de exclusão social”. (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 132). Assim, suas obras puderam configurar maiores reflexões acerca da educação popular e de pedagogias críticas, dotadas de intencionalidade e compromisso social.

A pesquisa T2020b, intitulada “A escola pública da classe trabalhadora: contribuições de Miguel Gonzalez Arroyo, Paulo Freire e Roseli Salete Caldart”, traz contribuições de Freire acerca da escola pública da classe trabalhadora, trazendo que os inúmeros ataques ao legado de Freire demonstram o desconhecimento sobre o mesmo e sua importância, evidenciando a necessidade de ressignificar as obras do autor para a atualidade.

Freire sempre buscou unir educação e política, uma vez que, para ele, a educação só se faz com intencionalidade. Assim, “jamais se posicionou com indiferença diante das opressões que os sujeitos oprimidos eram submetidos, construía sua pedagogia junto dos marginalizados, dos pobres e excluídos pela sociedade”. (DEBORTOLI, 2020, p. 40). Falava, ainda, sobre a participação das classes populares em todos os processos formativos e a democratização da cultura. Portanto, Freire trata a escola pública como espaço que abrange o processo de libertação, pela formação de consciência, dessa forma compreende-se que “a escola é um dos lugares de formação da classe trabalhadora”. (DEBORTOLI, 2020, p. 43).

Apesar da escola pública para a classe trabalhadora ainda não existir de fato, ela está sendo construída, a partir da resistência de alguns educadores e

movimentos sociais. Toda essa construção assume como base os princípios da educação popular, pautados no referido educador.

Já a pesquisa D2015a, intitulada “A educação popular na escola pública: das situações-limite ao inédito viável”, busca discutir a viabilidade de a educação popular acontecer na escola pública, a partir das concepções acerca de educação popular apresentadas por Freire. Para ele, a educação popular era necessária, uma vez que educação e política devem existir simultaneamente, pois uma não é concretizada sem a outra, assim, a denúncia das injustiças sociais e a construção de uma sociedade mais justa constituem a educação popular.

Freire acreditava que a prática educativa deveria estar vinculada a um compromisso social, ou seja, vinculada à formação de consciência das classes oprimidas. Neste sentido, ele acreditava que a educação tem o potencial de auxiliar no processo de mudança da sociedade, portanto, podemos compreender que a escola é um espaço que pode servir como instrumento para esse processo de transformação, de libertação. Para ele, o processo de construção de conhecimento só poderia acontecer de forma coletiva, pois não se trata de depositar ou transferir conhecimento, mas de construí-lo em comunhão, está aí, mais uma vez, a necessidade e importância de um espaço formativo para as classes populares.

Pelo fato das escolas estarem submetidas ao Estado, o qual serve aos interesses da classe dominante, é sabido que o diálogo com as escolas não é fácil, e nem sempre ocorrem de forma a atender os interesses das classes populares. Por isso, é justamente o movimento de inclusão e participação das classes populares nas instâncias decisórias, bem como maior autonomia das escolas, que irão ajudar na caminhada para as transformações sociais que aconteçam de forma a atender aos interesses e necessidades das classes oprimidas.

No nosso entendimento, os espaços públicos que estão impregnados pela ideologia dominante, e que se reproduzem em suas práticas, devem ser permanentemente disputados e construídos com base nos princípios da Educação Popular. (GRELLERT, 2015, p. 81).

Conforme a autora, mesmo que não seja uma política do Estado, a construção de uma educação popular na escola pública é possível, uma vez que, mesmo sendo poucos os educadores que se comprometem com uma escola que vise o respeito aos educandos, intencionalidade política e que atenda aos interesses

populares, é a partir da ação desses educadores que será possível o diálogo, os debates que irão dar início à uma nova concepção de educação e uma nova perspectiva para a escola pública, tendo em vista que a educação é um ato político.

#### 4.3 CATEGORIA 3: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Foram categorizados os trabalhos que trazem contribuições de Freire para a prática docente, sendo um artigo e uma tese, codificados como A2022d e T2012a, conforme quadro a seguir. Os trabalhos codificados foram descritos na sequência.

**Quadro 5** – Categoria 3 e códigos dos trabalhos.

<b>Categoria 3</b>	<b>Código dos trabalhos</b>
Contribuições para a prática docente.	A2022d; T2012a.

Fonte: organizado pela autora.

A pesquisa A2022d, intitulada “Paulo Freire e Educação Popular: práxis descolonizadoras em tempos neoconservadores”, pautada em Pedagogia do Oprimido, traz sinal de esperança para o combate à chamada “onda neoconservadora” que vem invadindo o cenário educacional. Assim, a partir da indignação frente à tantas injustiças sociais, uma educação crítica se faz cada vez mais necessária, uma vez que a desvalorização crescente da profissão docente se dá pelo intuito de legitimar a educação bancária nas escolas.

Neste sentido, a resposta para tal onda neoconservadora é uma prática educativa libertadora, a qual parte de educadores comprometidos com práticas descolonizadoras na educação. A autora sugere projetos extensionistas que permitam a leitura de mundo, denunciando marcas da educação bancária e práticas educativas de alienação, abrangendo as classes populares. Além disso, também sugerem que o a formação docente no ensino superior seja repensada sob uma perspectiva descolonizadora, a fim de formar professores que tenham compromisso social.

Já a T2012a, intitulada “prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo Freire para a escola pública”, traz como objeto de estudo a “prática docente-discente que tenha como horizonte a humanização dos sujeitos”. (BRAGA, 2012, p. 17). Para Freire, humanização é a superação da condição de

oprimidos, portanto, homens e mulheres humanizados estariam comprometidos a lutar por uma sociedade mais justa.

Sobre a dimensão pedagógica da humanização, a autora traz o diálogo como meio mediador para a problematização da realidade, assim, ensinar e estimular a questionar faz parte do processo de humanização na prática docente, além de se diferenciar das pedagogias tradicionais, uma vez que assume reconhecimento dos seres humanos enquanto seres históricos, que se desenvolvem, se transformam e criam.

A prática, para Freire, implica na reflexão sobre a prática, pois implica programar (intencionalidade) e avaliar a prática. Dessa forma, Freire contribui para a sala de aula na superação de práticas já ultrapassadas, a superação da prática da transferência, a superação da imagem do professor como aquele que sabe tudo e o aluno como aquele que não sabe nada, e na busca por uma pedagogia do diálogo, do amor e da esperança.

Dentre as contribuições de Freire para a prática docente, a tese traz uma pedagogia pautada na humanização e reconhecimento do outro, processos de ensino aprendizagem que respeitem as diferenças individuais dos sujeitos, bem como contribuam com o desenvolvimento integral de seus alunos, nas dimensões sociais, cognitivas e históricas. Uma prática que aproxime o aluno da sala de aula pela curiosidade, pela vontade de aprender e estar no meio escolar, uma prática que contenha olhar atento aos alunos e uma escuta sensível.

Braga (2012) ainda defende que o currículo das escolas seja repensado a partir de práticas humanizadoras, pensar sobre o currículo além de como fazê-lo, mas em seu significado, impactos sociais e possibilidades que pode proporcionar.

#### 4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

A fim de facilitar a discussão dos resultados encontrados e a localização das pesquisas, as categorias e as pesquisas foram apresentadas no quadro 6. A discussão dos resultados foi apresentada de forma separada, estabelecendo relações entre as categorias.

**Quadro 6** – categorias e códigos das pesquisas.

<b>Categorias</b>	<b>Código das pesquisas</b>
C1 – Contribuições para as políticas educacionais	A2020b; A2021c; D2017b.
C2 – Contribuições para a escola pública	A2018a; T2020b; D2015a.
C3 – Contribuições para a prática docente	A2022d; T2012a.

Fonte: organizado pela autora.

C1 – Buscando trazer contribuições de Freire para as políticas educacionais, as pesquisas trazem, dentre outras, a importância da conquista de autonomia pelas escolas, a qual auxiliaria nesse processo de desocultação das verdades. Para ele, a autonomia e a participação seriam o caminho para a conquista de uma escola pública popular e democrática.

Portanto, também pode ser vista como uma possibilidade para a desconstrução da escola subordinada à ideologia dominante, uma vez que uma escola com autonomia e participação implica na descentralização de poder do Estado e na participação ativa dos sujeitos da comunidade escolar, nas tomadas de decisão e organização escolar. Enquanto Secretário de Educação, Freire criou diversas políticas e projetos que visavam à conquista da autonomia pelas escolas, seguida de uma gestão democrática.

Sendo a escola pública um dos espaços formativos para a classe trabalhadora, ela deve ser defendida e transformada a favor das classes populares. Para tal transformação é assumida como base os princípios da educação popular, assim, demonstram a necessidade da educação popular na escola pública, para que esta escola pública popular e democrática possa se concretizar (T2020b e D2015a).

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire pontuou que a superação da educação bancária ocorrerá através da dialogicidade como essência da educação, e esta deve estar acompanhada da práxis. Isso porque tal superação deve ir além do verbalismo e se tornar também ação e reflexão. O diálogo, então, se torna práxis, para que não seja reduzido à verbalismo e para que a ação não seja reduzida à ativismo.

Em *Política e Educação*, Freire nos diz que o reconhecimento da educação popular acontece no momento em que se reconhece a educação como um ato político, pois a educação popular é resistência, é ir contra a correnteza, é ação e reflexão. Fazer educação popular é, então, se opor, criticar, proporcionar um ensino

crítico e reflexivo. É quando o professor se aproxima da realidade do aluno e transforma o conteúdo a partir dessa realidade.

Dentre as contribuições de Freire para as políticas educacionais está sua proposta que a participação nas escolas deveria compreender até mesmo o conteúdo programático, pois estes devem surgir a partir do diálogo entre educadores e comunidade escolar, definindo os interesses e necessidades da comunidade (A2021c). Quando se ensina sobre meio ambiente, é uma oportunidade para denunciar e investigar sobre os problemas ambientais existentes, especialmente naquela região em que se ensina. Ensinar sobre economia/renda torna-se uma oportunidade de denunciar e investigar as desigualdades existentes.

Mesmo sabendo que esse tipo de educação desagrade aqueles que estão no poder, o educador com clareza e intencionalidade política irá seguir em frente, pois sabe que a educação deve ser um ato político e, portanto, um ato de coragem.

As contribuições para as políticas educacionais trazem as políticas propostas por Freire enquanto Secretário de Educação, as quais buscavam a descentralização do poder do Estado para proporcionar maior autonomia às escolas, uma vez que a centralização não condiz com uma gestão democrática. É importante ressaltar que o conceito de autonomia na concepção de Freire diz sobre liberdade, reflexão e ação, portanto, é muito diferente da concepção de autonomia utilizada pelas correntes neoliberais que invadem as escolas.

A descentralização de poder consiste na divisão de responsabilidades e competências, a fim de proporcionar maior autonomia às escolas, e que estas possam, de fato, exercer sua autonomia. A descentralização num contexto neoliberal consiste no desvio de responsabilidades e problemas para os estados e municípios, de forma que todas as metas e resultados sejam vistas como problema único das escolas. Assim, conforme Aureliano e Queiroz (2018) configura-se numa desconcentração de responsabilidades e recursos.

Os principais resultados encontrados na C3 – Contribuições de Paulo Freire para as políticas educacionais foram apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 7** – principais resultados encontrados na categoria 1 (C1).

<b>Categoria</b>	<b>Principais resultados encontrados</b>
Categoria 1 – Contribuições de Paulo Freire para as políticas educacionais.	Conquista da autonomia pelas escolas; Ocupação das classes populares, de docentes e comunidade escolar nas instâncias decisórias;

	Descentralização de poder do Estado; Políticas pautadas na ação e reflexão; Organização do currículo de acordo com o contexto social e histórico; Gestão democrática.
--	--

Fonte: organizado pela autora.

C2 – A análise das pesquisas demonstra que são muitas as contribuições de Freire para o âmbito educacional, em seus diversos segmentos. Dentre as contribuições do educador para a escola pública até aqui apresentadas está a abertura, por meio de suas reflexões, da possibilidade e necessidade de repensar e ressignificar a escola pública, tornando-a mais solidária e democrática, a fim de construir uma escola que seja voltada aos interesses e necessidades da comunidade (A2018a).

A escola pública, apresentada como espaço formativo para a classe trabalhadora, demonstra que educação e política devem andar juntas, pois tal espaço voltado às classes populares deve conter intencionalidade e clareza política, assumindo, conforme Freire, um compromisso social (T2020b; D2015a). Sua pedagogia libertadora revela a necessidade de mudança da escola pública, para que esta deixe o papel de instrumento disseminador da ideologia dominante (A2018a).

Como já explicado anteriormente por Neto (2009), Gramsci já falava sobre a concepção de ideologia, a qual consiste na visão de mundo de determinada classe e, portanto, a classe dominante utiliza de diversos meios para disseminar sua ideologia, a fim de se manter no poder. Assim, fala sobre a necessidade de as classes dominadas criarem a crítica à ideologia dominante, para que assim possam superá-la.

Com Freire aprendemos que tal superação só poderá ocorrer através da humanização. Em contrapartida, mesmo funcionando como reprodutora da ideologia dominante, a partir da libertação, a escola pode auxiliar na libertação também de seus alunos, em especial aqueles oriundos da classe trabalhadora, ajudando esses alunos a desvelar essa ideologia dominante e lutar contra ela, lutando e resistindo pelo espaço das classes populares na sociedade. Esse movimento, para Freire, é o processo de desocultação das verdades.

Os principais resultados encontrados na C2 – contribuições de Paulo Freire para a escola pública foram apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 8** – principais resultados encontrados na categoria 2 (C2).

Categoria	Principais resultados encontrados
Categoria 2 – contribuições de Paulo Freire para a escola pública	Ressignificação da escola pública; Construção de uma escola que seja voltada aos interesses e necessidades das classes populares; A escola pública entendida como espaço formativo para as classes populares; A escola pública popular e democrática só é possível com clareza e intencionalidade política; Necessidade do diálogo com a realidade da escola pública; Necessidade de a escola pública exercer sua autonomia.

Fonte: organizado pela autora.

C3 – A desvalorização cada vez mais crescente da profissão docente se dá pelo intuito de legitimar a educação bancária nas escolas. Assim, a resposta de combate é a existência de professores que tragam uma prática educativa libertadora. Educadores compromissados com práticas de educação popular, surge ainda como sugestão a necessidade de repensar a formação docente sob uma perspectiva descolonizadora, para que formem professores comprometidos com práticas libertadoras. É defendida a humanização como essência da prática docente.

Diante de tantas imposições e controle sobre o trabalho docente, o professor deve adotar a resistência como forma de combate, assim já irá iniciar o processo de combate ao controle e a doutrinação nas instituições de ensino, bem como o processo de humanização, libertando a si e aos outros.

O compromisso social docente não pode compactuar com o controle sobre as escolas e necessita evidenciar constantemente a função da escola, de suas práticas, tendo clareza de sua intencionalidade. Assim, não deixará espaço para que taxem os professores de “doutrinadores” ou até mesmo “desnecessários” a partir de políticas que buscam o desmonte das escolas públicas.

É necessário que o significado de educação esteja sempre muito explícito na sociedade: a função social da escola, a transformação social, a educação para a cidadania e a educação que visa a emancipação do ser humano, uma vez deixado claro tais objetivos, podemos ter maior clareza de que na educação não tem espaço para doutrinação, para controle e tampouco para o medo.

A identidade docente remete sempre à resistência e à luta e, sendo assim, ser professor é resistir e lutar contra o sistema vigente, mais do que isso, o professor

deve ensinar e proporcionar reflexão crítica a seus alunos, de forma que possamos sempre buscar e lutar pela justiça social.

Além disso, as contribuições para a prática docente também trazem, além da necessidade de repensar a formação, possibilidades de projetos de extensão que busquem a reflexão sobre o trabalho docente e sua função, a fim de aproximar a comunidade cada vez mais da escola, penso que também seria interessante pensar possibilidades de temas que envolvam o compromisso social do professor nas formações continuadas. Os principais resultados encontrados na C2 – contribuições de Freire para a prática docente foram apresentadas no quadro a seguir.

**Quadro 9** – principais resultados encontrados na categoria 3 (C3).

<b>Categoria</b>	<b>Principais resultados encontrados</b>
Categoria 3 – contribuições de Paulo Freire para a prática docente.	Humanização e dialogicidade como essência da prática docente; Práticas educativas libertadoras; Professores com compromisso social; Repensar a formação dos professores sob uma perspectiva descolonizadora.

Fonte: organizado pela autora.

Observa-se que dentre todas as contribuições de Freire para a educação encontradas nas pesquisas analisadas encontra-se a essência dos pensamentos de do autor, a qual remete sempre à humanização, esta sendo a essência e o objetivo do ato de educar. Desde as dimensões mais amplas até as dimensões de menor abrangência na área educacional, podemos estabelecer relações com os pensamentos de Freire, trazendo suas contribuições de forma a inseri-las no âmbito educacional.

Vemos que, ao contrário do discurso de que “a escola real não é assim”, Freire, através do amor, da intencionalidade e clareza política, efetivou sua práxis e deu início a uma verdadeira escola pública popular democrática. As contribuições de Freire para a educação têm a capacidade de ressignificar o olhar sobre a escola pública, portanto a compreensão dos estudos de Freire pelos educadores é fundamental para se efetivar a verdadeira práxis. Suas obras podem se configurar como sendo extemporâneas devido à sua atualidade, visto que a escola pública, ainda nos dias de hoje, necessita de mais humanização e de mais democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no capítulo 1, durante todo o percurso da história da educação e da escola pública no Brasil fica evidente que, desde o início, as escolas atenderam aos interesses das classes dominantes, uma vez que sempre foram controladas por elas. Apesar do aumento quantitativo de escolas, o objetivo central sempre foi a submissão dos sujeitos para a imposição de uma cultura dominante, além do interesse de preparar para o trabalho, favorecendo uma sociedade capitalista. O conflito de interesses também se mostra presente na história da educação no Brasil.

O privilégio do ensino das elites permeia até os dias atuais, bem como a dualidade existente entre o ensino das elites e o ensino das camadas populares, tal dualidade é vista como intencional, visto que as elites necessitam preparar homens e mulheres para o mercado de trabalho.

Foi durante o período da República que as decisões sobre a educação a nível nacional passaram a demonstrar maior preocupação e consideração das diversidades, uma vez que se retirou o caráter obrigatório do ensino religioso católico, o direito à educação passou a ser constitucional e o Estado passou a ter dever de investimento mínimo na educação pública. Isso tudo aconteceu porque os debates acerca da educação ocorridos na época foram realizados através de encontros entre educadores, o que permitiu um debate mais amplo e crítico.

No período de redemocratização do país, a pressão popular defendia um ensino público, popular e gratuito, além da educação como um direito, gestão democrática, respeito às diversidades e a obrigação do Estado com a educação. Foi visto que Paulo Freire já falava sobre a importância e necessidade de maior participação das classes populares nas instâncias decisórias, bem como maior participação docente nos debates sobre educação.

Foram as pressões e manifestações populares que, aos poucos, conquistaram uma escola pública e uma educação que fossem compreendidas como espaços de formação para a classe trabalhadora. Portanto, evidencia-se a força da classe trabalhadora e a necessidade de que estas participem, cada vez mais, das instâncias decisórias.

O conceito de educação popular ganhou maior reconhecimento a partir dos movimentos estudantis que se opunham aos governos ditatoriais. Percebemos que a

história da educação no Brasil é sobre a resistência da educação, pois esta história foi e continua sendo marcada por uma luta constante, uma vez que o objetivo de desmonte da educação e de uma educação como instrumento das elites sempre esteve presente.

Percebemos também que, nos dias atuais, existem muitos projetos governamentais que buscam trazer velhas políticas da educação ao contexto atual, dessa forma, fica nítida a importância de ressignificar Paulo Freire aos dias atuais, visto a atualidade de sua obra. Além disso, é vista a importância de permanecer em estado de alerta frente a tantos retrocessos no cenário educacional, como anteriormente já pensado por Paulo Freire, a busca pela libertação deve ser constante, uma vez que o ser humano é um ser inconcluso.

Especialmente durante o período da Ditadura Militar, a busca por resultados nas escolas é evidente, e enfatiza a necessidade do governo de mostrá-los como forma de “propaganda” pelo interesse financeiro que enxergam na educação brasileira. As avaliações institucionais devem servir para um diagnóstico dos processos de ensino e aprendizagem, a fim de proporcionar debates e reflexões que busquem a melhoria da educação, não se restringindo apenas à resultados quantitativos, mas proporcionando também reflexões acerca das práticas educativas.

Freire, enquanto Secretário de Educação nos mostrou isso na prática quando buscou se aproximar das escolas, provando que os diagnósticos escolares devem também servir para aproximar a comunidade das escolas. Nos dias de hoje, também vemos uma grande necessidade, por parte dos governos, de cobrar e mostrar resultados, o que denuncia a perspectiva gerencialista de educação que vem se instaurando no ambiente escolar.

O processo de desumanização falado por Paulo Freire pode ser percebido durante toda a história da educação no Brasil, enquanto o processo de humanização, isto é, a luta pela libertação, pode ser percebida durante as pressões populares por uma educação pública popular e gratuita. A importância da escola pública para a classe trabalhadora, segundo perspectivas de Paulo Freire, se dá quando esta é entendida e defendida como espaço de formação para as classes populares, espaço que pode proporcionar a libertação, que pode proporcionar a formação de consciência e a união dos sujeitos de tal classe, uma vez que a educação só pode acontecer em comunhão, sendo o homem um ser social.

A partir do capítulo 2, através dos estudos e reflexões de Freire, foi possível compreender que a existência de uma escola pública popular e democrática para a classe trabalhadora consiste, antes de tudo, no direito de todos à uma educação de qualidade e que vise a emancipação humana, que, além da construção do conhecimento, proporcione respeito aos seus educandos e a possibilidade de auxiliar no processo de transformação social, uma vez que só a escola não poderá transformar a sociedade, mas deve fazer parte do processo de transformação, servindo como um meio para tal, como um instrumento de luta para a classe trabalhadora.

Neste sentido, entra a concepção bancária de educação, também apresentada no capítulo 2, esta sendo intencional por parte daqueles que estão no poder, pois buscam uma educação sem perspectiva crítica e que “acolha” e auxilie na disseminação de valores e cultura da classe dominante. Assim, a dualidade intencional entre ensino das elites e ensino das classes populares, bem como a educação bancária se configuram como mecanismos de opressão para a manutenção de uma sociedade de classes, e não para a criação de uma sociedade de sujeitos atuantes em sua própria história.

Pelo fato de defender a educação como um ato político e recusar a neutralidade na educação é que os pensamentos de Paulo Freire incomodam tanto as classes dominantes. As elites consideram as ideias freirianas um perigo social, uma vez que mudar uma sociedade que lhes privilegia tanto em detrimento do direito de outros não lhes interessa. Não lhes interessa utilizar a educação como um meio para a libertação social, para a emancipação humana e formação de consciência.

Em tempos sombrios em que o conservadorismo e neoliberalismo buscam invadir as escolas e o cenário educacional, se faz cada vez mais necessário relembrar e recriar o legado freiriano para que a esperança e a resistência nas escolas públicas não deixem de existir, bem como todos os educadores que assumem compromisso social em sua prática não se sintam sozinhos e invalidados, mas sim como parte de uma luta contínua contra a opressão.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire, apresentada no capítulo 2, elucida e traz esperança para uma escola mais democrática, que atenda aos interesses e necessidades das classes populares, e esta escola é possível de existir, uma vez que, conforme visto no capítulo 3, enquanto Secretário de Educação da cidade de São Paulo, Freire conseguiu desenvolver políticas educacionais que promoviam uma

gestão democrática e participativa. Para isso, ele se aproximou da realidade das escolas e das comunidades escolares, assim, fica evidente a importância da ação e reflexão, e que as duas devem andar sempre juntas.

Todas as contribuições trazidas por Paulo Freire neste trabalho, analisadas e discutidas nos capítulos 3 e 4, revelam a atualidade de sua obra, pois podem ser inseridas e utilizadas no contexto atual. Suas ideias incentivam a resistência e a disputa por espaços que atendam as demandas populares. Ele coloca o aluno da classe trabalhadora, os marginalizados e excluídos socialmente como centro de seus estudos, inserindo-os socialmente como sujeitos históricos.

A escola pública é um espaço, então, que proporciona o desenvolvimento da cultura e do conhecimento popular, bem como a prática da liberdade de pensar da classe trabalhadora. É o espaço que pode dar início ao processo de “desocultação” de verdades, é o espaço que, a partir de sua autonomia, pode conversar com as políticas municipais e estaduais a fim de atender aos interesses da classe trabalhadora. O diálogo entre o projeto político pedagógico das escolas e as políticas educacionais é o primeiro passo para a verdadeira autonomia das escolas públicas, caminhando para a democratização destas escolas.

Sabendo que toda prática educativa deve ser dotada de intencionalidade e clareza política, toda prática educativa deve, portanto, assumir compromisso social. Isto significa que toda prática educativa deve estar voltada à libertação dos sujeitos oprimidos, assim, a escola pública, sendo o espaço que recebe esses sujeitos, é o espaço que pode servir como instrumento para esse processo de libertação. Neste sentido, a escola pública se configura como espaço que pode fazer acontecer a educação popular democrática, considerada aqui como sendo essencial para o aluno oriundo da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, A. A. Educação escolar e acesso ao conhecimento: o ensino como socialização da liberdade de pensar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, n. 1, p. 132-140, 2015.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- AURELIANO, F. E. B. S.; QUEIROZ, M. A. Plano de Ações Articuladas–PAR: uma política de descentralização das ações de educação. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 4, 2018.
- BARROS, M. L. T.; SOUZA, M I. G. F. M. Por Uma Escola Democrática: Contribuições De Paulo Freire. **Revista Teias**, v. 22, n. 67, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BRAGA, M. M. S. C. **Prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo Freire para a escola pública**. 226 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE, 2012.
- BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.
- COSTA, E. R. **Pedagogia do oprimido: interrelações entre educação, formação e consciência emancipatória**. 107 f. Mestrado em Educação e ensino (maie) Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho – UECE - Campus do Itaperi, 2017.
- DEBORTOLI, S. F. S. **A Escola Pública da classe trabalhadora: contribuições de Miguel Gongalez Arroyo, Paulo Freire E Roseli Salete Caldart**. 171 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiti do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: SLS, 2020.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. Edições Loyola, 1995.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed Editora, 2008.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIL, A. C.; VERGARA, S C. **Tipo de pesquisa**. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2015.
- GRELLERT, A P. **A Educação Popular na escola pública: das situações-limite**

ao inédito viável. 95 f. Mestrado em Educação, Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Campus das Ciências Sociais, 2015.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NETO, E. S. Paulo Freire e Gramsci: contribuições para pensar educação, política e cidadania no contexto neoliberal. **Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 2, p. 25-39, 2009.

OLIVEIRA, I. A.; SANTOS, T. R. L Educação e Emancipação: Paulo Freire E a Escola Pública Na América Latina. **Revista Educação E Emancipação**, 2018.

LIMA, L. C.; PAVAN, R. **A Centralidade De Paulo Freire Para Uma Educação Pública, Democrática E Participativa: Entrevista Com Licínio C. Lima**. Educar Em Revista 36 (2020): Educar Em Revista, 2020.

PARO, V. H. **Parem de preparar para o trabalho**. Reflexões acerca dos efeitos, 1999.

PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 45e, p. 239-252, 2012.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. Ática: São Paulo, 2006.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SAVIANI, D. A história da escola pública no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**, v. 5, n. 8, p. 185-201, 2003.

SAVIANI, D. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 380-392, 2010.

SOUSA, F. R.; VASCONCELOS, V. O. Paulo Freire e Educação Popular: práxis descolonizadoras em tempos neoconservadores. **Reflexão e Ação**, v. 30, n. 1, p. 07-22, 21 mar. 2022.